

2

DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS - REGIÃO SUDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS¹

RESUMO

A compreensão da ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais da região Sudeste do Brasil é um empreendimento complexo. Esta pesquisa recorreu a vários métodos para identificar evidências relevantes para uma compreensão abrangente da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A intenção da pesquisa foi levar em conta uma série de informações de uma variedade de atores-chave para analisar e sintetizar as evidências coletadas. A abordagem da pesquisa consistiu em: a) uma revisão da literatura internacional e nacional existente sobre os métodos para analisar e sintetizar dados sobre tráfico de pessoas; b) uma revisão da literatura e outras fontes de informação para identificar bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil. c) entrevista com atores-chave da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste, incluindo profissionais da rede de repressão e responsabilização (sistema de justiça criminal), profissionais da rede de atendimento (organizações governamentais e não governamentais); d) questionário institucional com atores-chave da rede de repressão e responsabilização e da rede de atendimento; e) solicitação de de acadêmicos, especialistas e analistas de políticas públicas em simpósios e encontros relacionados ao tema. Os resultados da presente pesquisa apresentam uma oportunidade para forjar uma estratégia de longo prazo para a sistematização das bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil e propor possíveis caminhos para alcançar essas metas. A consolidação de um sistema integrado de bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil é o primeiro passo, embora o mais crítico, para o empoderamento dos gestores e profissionais da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e para futuras inovações no atendimento às vítimas, na repressão e responsabilização deste crime no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de pessoas. Rede de enfrentamento. Bases de dados. Brasil.

ABSTRACT

Understanding the action network in combating human trafficking in the capital cities of the Southeast region of Brazil is a very complex enterprise. This research used various methods to identify relevant evidence for a comprehensive understanding of the action network in combating human trafficking. The intention of the research is to take into consideration a series of information from a variety of key players to analyze and synthesize the evidence collected. The approach of the research consisted in: a) Reviewing the international and national existing literature about methods to analyze and synthesize data about human trafficking; b) Reviewing literature and other sources of information to identify databases of human trafficking in Brazil; c) Interviewing key players in the network of combat to human trafficking in the capital cities of the southeast region, including professionals in the network of repression and accountability (criminal justice system), professionals in the service network (governmental and non-governmental organizations); d) Institutional survey with key players of the repression and accountability network and the service network; e) Requesting the presence of academic specialists and analysts of public policies to symposiums and meetings related to the topic. The results of this research present an opportunity to create a long-term strategy to systematize databases of human trafficking in Brazil and to propose possible ways to achieve these goals. The consolidation of an integrated system of databases of human trafficking in

¹ Equipe de pesquisa: Cláudio Beato (coordenador), Frederico Couto Marinho, Luís Felipe Zilli, Bráulio Figueiredo A. Silva, Mateus Rennó Santos, Vinícius Assis Couto, Lívia Henriques, Cíntia Santana, Aline Mourão, Gabriela Gomes, Luíza Meira

Brazil is the first step, although the most critical, for the empowering of managers and professionals in the area of human trafficking combat and for future innovations in the support to the victims, in the repression and accountability of such crime in Brazil.

KEYWORDS: Human traffickin. Network in combating. Databases. Brazil.

“Seja você quem for:
você é aquele ou aquela para quem
a terra é sólida e líquida,
você é aquele ou aquela
para quem o sol e a lua penduram-se no céu,
pois ninguém mais que você
é o presente e o passado,
ninguém mais que você
é a imortalidade”.

Walt Whitman²

1. CONTEXTO DA PESQUISA

1.1. APRESENTAÇÃO

A pesquisa exploratória “*Diagnóstico Institucional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Região Sudeste*” sobre a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais dos estados da região Sudeste do Brasil realizada pelo CRISP/Fundep no âmbito do programa “Pensando a Segurança Pública” implementado e financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi iniciada em dezembro de 2011 e finalizada em junho de 2012. A pesquisa tem como objetivos: (i) fazer um mapeamento e diagnóstico (análise dos níveis de articulação e integração) das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no enfrentamento (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização) ao tráfico de pessoas nas capitais dos estados da região Sudeste; (ii) propor um método de como realizar um diagnóstico sobre tráfico de pessoas. Como parte do diagnóstico, inclui-se um rol de indicadores para a mensuração do fenômeno e o monitoramento e avaliação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O objeto da pesquisa consistiu no levantamento da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais da região Sudeste do Brasil por meio de metodologia quantitativa e qualitativa. O principal objetivo foi compreender o grau de articulação e interação das organizações governamentais e não governamentais responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais da região Sudeste do Brasil. O material levantado e analisado na pesquisa forneceram várias evidências para a apresentação de uma série de recomendações que visam aperfeiçoar e aumentar o impacto da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas não só nas capitais pesquisadas, mas em todas as cidades do país que enfrentam o problema.

² Whitman, Walt. Edição bilingüe comemorativa da 1 edição de *Leaves of Grass* (Folhas de Relva) de 1855. Editora: Iluminuras, 2011.

- Fazer um mapeamento e diagnóstico (análise dos níveis de articulação e integração) das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no enfrentamento (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização) ao tráfico de pessoas nas capitais dos estados da região Sudeste;

- Propor um método de como realizar um diagnóstico sobre tráfico de pessoas. Como parte do diagnóstico, inclui-se um rol de indicadores para a mensuração do fenômeno e o monitoramento e avaliação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O texto é composto por seis partes:

1: contextualiza a pesquisa realizada nas capitais do Sudeste apresentando seu o objeto, seu escopo, objetivos, metodologias e percurso.

2: Examinamos as metodologias, as contribuições e as limitações das principais bases de dados internacionais sobre tráfico de pessoas no mundo. Analisamos de maneira detalhada os padrões sobre a dinâmica do tráfico de pessoas no mundo identificados pela base de dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) no ano de 2011.

3: Examinamos as limitações e as potencialidades das bases de dados sobre tráfico de pessoas disponíveis no Brasil. A partir da experiência acumulada no âmbito internacional e nacional, propomos um conjunto mínimo de variáveis sobre tráfico de pessoas que devem ser coletadas pelas organizações de enfrentamento no Brasil.

4: Na seção 4.1 são apresentados os resultados da pesquisa qualitativa com base nas 56 entrevistas realizadas com 34 organizações de atendimento, 10 de repressão e 12 de responsabilização. Na seção 4.2 são apresentados os resultados da pesquisa quantitativa com base nos 46 questionários recebidos de 26 organizações de atendimento, 9 de repressão e 11 de responsabilização. Na seção 4.1.4 são apresentados os resultados da análise de redes sociais a partir dos questionários recebidos.

5: São apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

6: São apresentadas as principais recomendações da pesquisa.

1.2. ABORDAGEM CONCEITUAL DA REDE

A condição fundamental para a definição de um problema público é haver uma atitude reivindicatória que obtenha êxito em conseguir uma resposta estatal, principalmente por meio de definições legais e de dispositivos institucionais (Gusfield, 1981). Existe uma dimensão simbólica (e eminentemente moral) que envolve qualquer tema que seja tratado como um problema público. Ele é, antes de tudo, algo que deve ser transformado. Algo a respeito do qual alguém tem a obrigação de tomar uma providência.

Essa atribuição de responsabilidade é um processo histórico, cultural, econômico, político, no qual o Estado tem posição privilegiada. Ele faz sentir sua presença no domínio

da produção e reprodução simbólicas, ao ser o detentor da visão oficial dos problemas (Bourdieu, 1996). As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, cuja expressão se dá por meio de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área.

Nos últimos 12 anos, no contexto da consolidação democrática, a sociedade brasileira presenciou a mobilização de diversos setores da sociedade civil e de organizações não governamentais que denunciaram as violações aos direitos humanos provocadas pelo tráfico de pessoas no país e a necessidade de uma política de enfrentamento ao problema. A denúncia daquela realidade permitiu o surgimento de instâncias e forças políticas representativas da luta pelos direitos humanos e do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

Na história brasileira, leis que se destinam ao enfrentamento do tráfico de pessoas só foram outorgadas pelo Estado recentemente, com a edição do Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, que aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e o Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, que estabeleceu o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). À luz dos preceitos internacionais (Protocolo de Palermo), o PNETP passou a regulamentar os parâmetros de atuação e garantia dos direitos humanos em relação a esse problema público no Brasil.

Entre as principais inovações do PNETP temos a abordagem articulada dos problemas associados ao tráfico (trabalho análogo à condição de escravo, misoginia, homofobia, violência sexual, vulnerabilidade socioeconômica, violência contra a pessoa: cárcere privado, ameaça, tentativa de homicídio, migração interna e imigração).

Nessa abordagem transversal e articulada, o PNETP baseou-se em outros cinco Planos Nacionais que tratam de assuntos afeitos ao tráfico de pessoas: Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002); o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (2003); o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004); o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004); o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006). O PNETP é um marco na consolidação dos direitos humanos no Brasil e moldou as ações (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização) direcionadas ao problema e expandiu seu alcance às demais modalidades do fenômeno (tráfico para fins de exploração laboral e de remoção de órgãos) que no Código Penal Brasileiro, art. 231, se restringe à questão da exploração sexual.

Uma vez consolidado como um problema público por meio da criação de leis, conjuntamente com a criação de organizações públicas e programas de ação (envolvendo governo, sociedade e os diferentes setores das políticas públicas – justiça e segurança, trabalho e renda, saúde, assistência social, cultura e educação), os dispositivos institucionais acionados para tratar dos problemas que integram o tráfico de pessoas não são uma simples resposta a uma demanda pública. Eles também o definem, de acordo com as concepções políticas e simbólicas dos seus operadores e dos recursos econômicos mobilizados.

As situações e problemas culturais, sociais, econômicos e políticos que esses dispositivos institucionais (organizações, programas e serviços) se dispõem a regulamentar são extremamente variados e complexos, abrigando conceitos muitas vezes subjetivos e conflitantes, além de uma gama diversificada de atores no nível federal, estadual e municipal. Além disso, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas depende da adesão de múltiplos atores de diferentes setores governamentais e da sociedade – justiça, segurança, trabalho e renda, saúde, assistência social, cultura, educação, sem relações hierárquicas formais.

Ao priorizar o estabelecimento de redes, o PNETP visa integrar ações de múltiplos atores com interesses também diversos entre si que marcam um cenário de disputa em torno de demandas colocadas para o poder público. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, o PNETP descentraliza a ação, sendo de competência não apenas da União, mas dos estados e dos municípios, postulando que esta deve se dar de forma coordenada entre organizações governamentais e não governamentais.

A rede, enquanto aliança entre atores institucionais distintos, forma um bloco de ação, ao mesmo tempo, político e operacional. As redes, como mecanismos de gestão democrática, compartilham o poder de decisão entre os atores, pela interação comunicativa, transparência das propostas, coordenação legitimada, ação compartilhada e avaliação coletiva. O foco do trabalho em redes não é um problema imediato, isolado, mas a articulação de sujeitos/atores/forças para propiciar poder, recursos, dispositivos para a ação, a auto-organização e a autorreflexão do coletivo dos atores/instituições participantes.

Nesse sentido, nossa missão no mapeamento e análise da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste foi identificar as variáveis que afetam o grau de consecução dos objetivos estabelecidos pelas organizações de atendimento, repressão e responsabilização por meio do processo como um todo. A sua análise estimula a crítica a certos pontos das políticas públicas e permite prover aos gestores eventuais ajustes e correções.

1.3. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA REDE

Esta pesquisa recorreu a vários métodos para identificar evidências relevantes para a compreensão da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A intenção da pesquisa foi levar em conta uma série de informações de uma variedade de atores-chave para analisar e sintetizar as evidências coletadas. Essa abordagem consistiu em:

- revisão da literatura internacional e nacional existente sobre os métodos para analisar e sintetizar dados sobre tráfico de pessoas;
- revisão da literatura e outras fontes de informação para identificar bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil;
- entrevista com atores-chave da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste, incluindo profissionais da rede de repressão e responsabilização

(sistema de justiça criminal) e da rede de atendimento (organizações governamentais e não governamentais);

- aplicação de questionário institucional com atores-chave da rede de enfrentamento;

- solicitação de acadêmicos, especialistas e analistas de políticas públicas no Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas promovido pelo CNJ entre 14 e 15 de maio/2012 em Goiânia e no 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste ocorrido entre 6 e 9 de maio/2012 em Belo Horizonte.

A compreensão da ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais da região Sudeste do Brasil é um empreendimento complexo. Diversas estratégias metodológicas foram utilizadas para coletar informações que possibilitassem uma compreensão ampla e abrangente das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste. Foram aplicados questionários institucionais e realizadas entrevistas com os gestores e operadores das organizações governamentais e não governamentais (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização). Podemos classificar a inserção das organizações pesquisadas no campo das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas em dois grupos específicos: os profissionais do sistema de justiça criminal e os que atuam no atendimento às vítimas.

Além disso, efetuamos a identificação e a solicitação de diversas fontes de dados que nos permitissem compreender como se dão os processos de coleta e de organização de dados pelas instituições que compõem a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Foram coletadas, analisadas e sintetizadas informações de 14 bases de dados que registram informações sobre tráfico de pessoas no Brasil. Foram analisados dados da rede de repressão (base de inquéritos policiais da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil); da rede de responsabilização (base de denúncias do Ministério Público Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego); e da rede de atendimento às vítimas de tráfico (Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; Secretaria de Políticas para as Mulheres/Disque 180; Secretaria de Direitos Humanos/Disque 100; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/CREAS, Secretaria de Estado da Saúde/SINAN e Secretaria de Direitos Humanos/Matriz Intersectorial). Essas inúmeras e heterogêneas bases de dados sobre tráfico de pessoas se estruturam de forma estanque, não padronizada e sem possibilidade de compartilhamento de dados. Enfim, foi um desafio acessá-las, organizá-las e tentar extrair informações relevantes para gestores e profissionais da rede de enfrentamento.

A opção por conciliar metodologias quantitativas (dados primários e secundários) e qualitativas (entrevistas) justifica-se pela possibilidade de ter acesso a um conjunto de dados que permita não apenas compreender a rede de enfrentamento, mas mensurar o tráfico de pessoas nas capitais e estados da região Sudeste a partir dos dados computados nas 14 bases de dados pesquisadas. Buscamos também compreender os processos de implementação e os impactos das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do problema.

1.3.1. Bases de dados sobre tráfico de pessoas

Não há pesquisa ou estudo sobre o tema do tráfico de pessoas que não comece ou termine enfatizando as deficiências das bases de dados sobre o fenômeno em nível local, nacional e global. Esta é uma situação grave que compromete seriamente nossa compreensão sobre as políticas públicas, programas e serviços direcionados para o enfrentamento do tráfico de pessoas. O desafio que enfrentamos hoje no Brasil diz respeito justamente à necessidade de desenvolvimento e consolidação de bases de dados para que se possa avançar no atendimento às vítimas, na repressão e responsabilização dos criminosos.

As implicações dessa situação para o desenho e avaliação tanto das políticas de segurança (repressão e responsabilização) quanto das políticas sociais (atendimento às vítimas) são óbvias. Políticas na área são efetuadas em voo cego, sem instrumentos e com orientação impressionista. Como consequência, temos uma situação permanente de imprecisão sobre o volume e a variação do tráfico de pessoas, resultando em ceticismo e descrença dos profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas e do sistema de justiça criminal. Podemos dizer, sem dúvida alguma, que dentre as diversas causas do tráfico de pessoas destaca-se o desconhecimento sobre a matéria. No que diz respeito ao impacto das políticas e programas desenhados especificamente para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, esta situação é ainda mais obscura, pois a necessidade de tais projetos é tão urgente que, quaisquer que sejam os resultados alcançados, independentemente das implicações para o problema do tráfico, consideramos como bem sucedidos.

Informação é o insumo básico para o trabalho tanto das organizações do sistema de justiça criminal quanto das organizações responsáveis pelas políticas sociais (governamentais e não governamentais), e a forma como elas a produzem, organizam, disponibilizam e utilizam é que determinará a natureza e efetividade das atividades desenvolvidas. Modernos sistemas de gestão de políticas públicas têm como base a utilização intensiva de informações para fins de planejamento e desenvolvimento de estratégias, bem como para monitoramento e avaliação de resultados.

A abordagem da informação como um recurso organizacional ativo e estratégico não é simplesmente uma questão de superar problemas relacionados a custos ou de evitar duplicação de esforços. Trata-se de explorá-la como um recurso que permite capacitar as agências governamentais e não governamentais a atingir seus objetivos de forma mais eficaz e de identificar novos cenários de intervenção.

O uso da informação para a tomada de decisão está condicionado à coleta de dados e estatísticas relevantes e pertinentes aos aspectos envolvidos na questão a ser solucionada e no objetivo a ser alcançado. Para facilitar o uso dos dados e estatísticas coletados, convém armazená-los de forma organizada em um sistema gerencial de modo que possam ser recuperados e estejam disponíveis sempre que se fizer necessária sua consulta.

Ao se usar dados de forma não refletida, pode-se facilmente tomar decisões erradas, porque os dados podem ser incompletos; errados; podem ter vieses e podem refletir algo temporário. Ademais, os dados podem ser transformados em informação desde que estes estejam estruturados; sistematizados; adquiram significado para o usuário; sejam precisos e, eventualmente, sejam complementados e controlados.

Esta seção objetiva realizar uma análise comparativa entre os sistemas de informação sobre tráfico de pessoas existentes no Brasil. Também serão analisadas as contribuições das experiências internacionais na produção de bases de dados sobre tráfico de pessoas com o objetivo de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das bases de dados nacionais. Buscamos identificar e analisar os sistemas de informações relativos a tráfico de pessoas das organizações do sistema de justiça criminal (repressão e responsabilização) e das organizações responsáveis pelas políticas públicas de atendimento às vítimas.

Para cumprir tais objetivos, apresentamos análises e descrições dos sistemas de informação sobre tráfico de pessoas e, também, a compilação de opiniões dos operadores das organizações do sistema de justiça criminal (repressão e responsabilização) e das organizações responsáveis pelas políticas públicas de atendimento às vítimas sobre os limites e potencialidades dos sistemas de informação existentes.

1.3.2. As narrativas dos profissionais

Nessa pesquisa, buscamos, na medida de nossa capacidade operacional em função do cronograma, representar a pluralidade das vozes das distintas organizações que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste. Foram realizadas 56 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: 34 organizações de atendimento, 10 de repressão e 12 de responsabilização. No município de São Paulo/SP, foram 21 organizações entrevistadas (13 de atendimento, 3 de repressão e 5 de responsabilização). Na cidade do Rio de Janeiro/RJ, foram 11 entrevistas (9 organizações de atendimento, 1 de repressão e 1 de responsabilização). Na cidade de Belo Horizonte/MG, foram 11 entrevistas (6 organizações de atendimento, 2 de repressão e 3 de responsabilização). E no município de Vitória/ES, foram feitas 13 entrevistas (6 organizações de atendimento, 4 de repressão e 3 de responsabilização).

Como estratégia de pesquisa, tencionamos as narrativas dos profissionais das organizações de atendimento às vítimas, de repressão e responsabilização com o que conhecíamos sobre o tema (relatórios de pesquisa, documentos oficiais e publicações científicas) e com as histórias que eles nos contavam. Contrapusemos narrativas com o objetivo de compreender críticas e defesa das políticas públicas e as contradições que surgiram. As estratégias narrativas dos entrevistados foram heterogêneas e variaram em função das posições e funções exercidas: há aqueles com papéis mais políticos, gestores com funções administrativas e profissionais com conhecimentos mais técnicos. De todo modo, cada um deles tinha uma experiência a comunicar, uma opinião a enunciar, uma crítica a fazer às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas suas cidades e nos seus estados.

Desta forma, consideramos que essas narrativas são uma parte importante

da ação desses profissionais. Elas não são apenas algo que nos contam, mas ações, estratégias de defesa e preservação de espaços de poder, justificativas, explicações, reivindicações, demandas e críticas aos gestores públicos, enfim, elas expressam visões de mundo.

Foi sobre esse fundo potencialmente conflitivo e contraditório que organizamos as falas em torno de algumas questões da pesquisa; foram elas: a) traçar uma visão sobre a complexidade do tráfico de pessoas; b) traçar uma visão das atividades da organização e das parcerias e conflitos com as demais organizações da rede; c) compreender a gestão da informação dos registros de tráfico de pessoas, seus limites e potencialidades para as políticas públicas.

Em cada uma das capitais dos estados pesquisados, a caracterização das instituições que compõem a rede se deu a partir da realização de entrevistas e da aplicação de questionários junto aos seus integrantes. Estes, por sua vez, indicaram outras instituições e agentes que lidam com a temática do tráfico de pessoas. Tal estratégia metodológica teve por objetivo abarcar o maior número possível de instituições de atendimento, prevenção, repressão e responsabilização nos estados.

1.3.3. O questionário institucional

As tabelas apresentadas no item 4.3 (A Ação em Rede segundo o Questionário Institucional) foram construídas a partir do questionário institucional respondido pelas organizações pesquisadas nas capitais do Sudeste. Em cada uma das capitais dos estados pesquisados, a caracterização das instituições que compõem a rede se deu a partir da realização de entrevistas e da aplicação de questionários junto aos seus integrantes. Estes, por sua vez, indicaram outras instituições e agentes que lidam com a temática do tráfico de pessoas. Tal estratégia metodológica teve por objetivo abarcar o maior número possível de instituições de atendimento, prevenção, repressão e responsabilização nos estados.

Nessa pesquisa buscamos, na medida de nossa capacidade operacional em função do cronograma, representar a pluralidade das vozes das distintas organizações que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste. Foram recebidos 46 questionários, distribuídos da seguinte forma: 26 organizações de atendimento, 9 de repressão e 11 de responsabilização. No município de São Paulo/SP foram aplicados 19 questionários (11 de atendimento, 3 de repressão e 5 de responsabilização). Na cidade do Rio de Janeiro/RJ foram 9 questionários (7 organizações de atendimento, 1 de repressão e 1 de responsabilização). Na cidade de Belo Horizonte/MG foram 10 questionários (5 organizações de atendimento, 2 de repressão e 3 de responsabilização). E no município de Vitória/ES foram feitos 8 questionários (3 organizações de atendimento, 3 de repressão e 2 de responsabilização).

As tabelas analisadas no item 4.3 visam compreender as dificuldades e entraves vividos pelas organizações da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em análise complementar à análise qualitativa realizada.

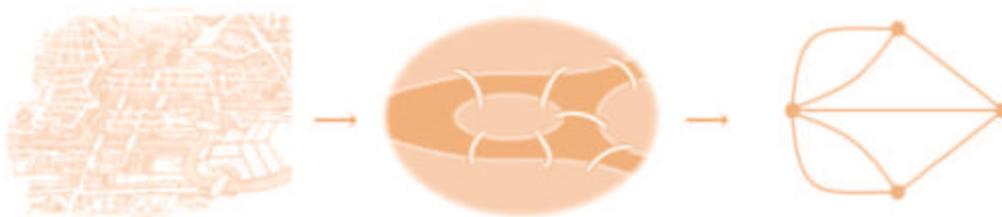
1.3.4. A análise de redes sociais

Dada a complexidade do tema e o objetivo principal da pesquisa, entendemos que a análise de redes sociais traduz se em uma metodologia adequada. A análise de redes é, em sua origem, uma forma particular de análise topológica: as descrições das diferentes estruturas que podem ter uma rede e o estudo das propriedades inerentes a cada uma.

Antes de apresentarmos a análise, torna-se necessário pontuar algumas questões, principalmente no que se refere à confecção da rede. A mais importante delas é que essa análise de rede foi confeccionada levando em consideração as informações disponibilizadas por apenas uma parcela do universo das instituições mapeadas. Isto se deve ao fato de não termos obtido retorno de todas as instituições para as quais foram enviados os questionários. Foram recebidos 46 questionários, distribuídos da seguinte forma: 26 organizações de atendimento, 9 de repressão e 11 de responsabilização. No município de São Paulo/SP foram aplicados 19 questionários (11 de atendimento, 3 de repressão e 5 de responsabilização). Na cidade do Rio de Janeiro/RJ foram 9 questionários (7 organizações de atendimento, 1 de repressão e 1 de responsabilização). Na cidade de Belo Horizonte/MG foram 10 questionários (5 organizações de atendimento, 2 de repressão e 3 de responsabilização). E no município de Vitória/ES foram feitos 8 questionários (3 organizações de atendimento, 3 de repressão e 2 de responsabilização). Apesar do caráter parcial dos dados, a análise de rede exposta a seguir serve como quadro ilustrativo da estrutura e articulação da rede. Para além do entendimento de que a análise de rede seja uma ferramenta metodológica, tornam-se necessárias algumas especificações sobre seu uso e alcance. Começamos pela história da análise de redes, segundo relato, esta se dá na antiga Prússia no século XVIII, e tem o matemático Euler como protagonista.

Havia na Prússia uma cidade cortada por um rio que separava a cidade em terrenos não contínuos. Desta forma, havia sete pontes que interligavam as áreas. A questão posta ao matemático foi se era possível passar pelas sete pontes sem, entretanto, passar em qualquer uma das áreas por mais de uma vez. Euler construiu para resolver o problema que lhe posto o primeiro grafo de rede, que até hoje é usado (como mostra a figura abaixo).

Figura 1 Exemplo de Grafo de Rede



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Seven_Bridges_of_K%C3%B6nigsberg

Por meio desta análise, o matemático percebeu que não havia a possibilidade de executar a tarefa, pois os pontos eram interligados por relações ímpares. Sendo assim, não importando o trajeto, dada a estrutura de ligações encontrada, tal fato era

impossível. Ou seja, a propriedade da rede impossibilitava que tal ação fosse feita.

O mais importante resultado do problema posto foi a constatação de que, por meio da construção desses grafos, é possível fazer inferências acerca da propriedade de uma determinada rede. Em outras palavras, como nos informa o livro clássico de Barabasi, *Linked: grafos ou redes têm propriedades, ocultas às suas estruturas*, que limitam ou multiplicam nossa capacidade de trabalhar com elas.

Essa ideia é extremamente importante para entender que a construção das redes sociais se dá por meio de relações e dinâmicas internas à rede. Desta forma, diferentemente dos dados estático e estrutural, as redes sociais têm que ser entendidas como demonstra Watts, no livro “ao invés de entender as redes como meros condutores através das quais as influências se propagam segundo as suas próprias regras, há de se tratar as próprias redes como uma representação direta da influência”.

Em outros termos, o uso da metodologia de redes sociais, por muitas vezes, tem em seu resultado produtos que não necessariamente são os esperados. Isto é, ao focar na dinâmica da própria rede, na percepção e ações dos atores que a compõe, os resultados encontrados “fogem” de organogramas e estruturas prévias, saindo do plano teórico ou formal, e demonstrando as relações concretas entre atores reais.

2. AS BASES DE DADOS INTERNACIONAIS SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

2.1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa seção é examinar a metodologia, as contribuições e as limitações das bases de dados internacionais produzidas por diversas agências sobre tráfico de pessoas no mundo. Além de examinarmos os métodos das diferentes bases de dados, vamos descrever e analisar de maneira detalhada as evidências sobre o tráfico de pessoas produzidas pela Organização Internacional para Migrações (OIM) no ano de 2011. A base de dados da OIM é considerada a base de dados internacional mais consistente e sistemática, permitindo a identificação de padrões comparativos internacionais da dinâmica do tráfico de pessoas e do perfil das vítimas no mundo.

2.2. ANÁLISE DAS BASES DE DADOS INTERNACIONAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES

Desde a aprovação do Protocolo de Palermo, há um esforço no desenvolvimento de sistemas de informação sobre o tráfico de pessoas. Existem inúmeras fontes de dados³ que informam estimativas globais do número de vítimas de tráfico de pessoas. Essas estimativas frequentemente são parciais e contraditórias, contendo dados coletados

³ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), Organização Internacional sobre Migrações (OIM), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Fundo das Nações Unidas para Crianças (UNICEF) e Departamento de Estado dos Estados Unidos (US State).

em anos diferentes e/ou ausência de dados para determinados períodos. Essa baixa confiabilidade dos dados sobre o número de vítimas de tráfico nos países pode indicar a pouca importância conferida ao tema. Mesmo quando os dados são coletados, o seu uso pode implicar sérias limitações para análises comparativas devido às diferenças nos critérios da população-alvo, da modalidade de tráfico e da cobertura da coleta (tráfico interno ou transnacional), podendo significar coisas diferentes em diferentes regiões.

Como destacado no relatório (GAO, 2006) “a ausência nas definições da padronização dos registros, dos instrumentos de mensuração e de uma metodologia torna as comparações entre países extremamente arriscadas”. A Unesco⁴ desenvolve um projeto denominado “Estatísticas sobre o Tráfico de Pessoas”, em que realiza uma revisão das bases de dados e dos registros existentes sobre o tráfico. O objetivo é rastrear a origem dos números citados pelas diversas fontes, identificando a metodologia pela qual estes números foram calculados e avaliar a sua validade. O objetivo é esclarecer as bases sobre as quais as estimativas do número de pessoas traficadas são derivadas, separando mitos do conhecimento acumulado sobre o tráfico de pessoas. A iniciativa da UNESCO representa um avanço na construção de estatísticas confiáveis sobre os números de vítimas de tráfico de pessoas no mundo. Um dos resultados esperados pelo projeto seria clarificar e distinguir o que sabemos, o que acreditamos, o que não sabemos sobre o tráfico de pessoas.

A tabela 1 reúne o conhecimento básico sobre o estado da arte das bases de dados internacionais sobre o tráfico de pessoas. Existem várias estimativas da escala do tráfico de pessoas em nível global. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 2.440.000 pessoas são traficadas internamente e entre os países anualmente. O Departamento de Estado dos Estados Unidos estima que entre 600.000 e 800.000 pessoas são vítimas do tráfico transnacional. As bases de dados produzem informações sobre diferentes aspectos do tráfico de pessoas, uma vez que cada organização foca e analisa o problema, baseada em suas prerrogativas e missões institucionais.

Apesar de as bases de dados usarem metodologias diferentes para a coleta e análise dos dados e das inúmeras limitações quanto as estimativas globais, emerge um consenso sobre o tráfico de pessoas: a maior parte das estimativas apontam que as vítimas são traficadas para exploração sexual, sendo que as mulheres adultas constituem a maioria das vítimas. Entretanto, estas estimativas do tráfico global de pessoas são questionáveis. O rigor e a exatidão das estimativas são questionados por uma série de fragilidades e inconsistências metodológicas, além da ausência de dados e das discrepâncias numéricas entre as bases de dados. Os registros dos países geralmente não estão disponíveis, quando existem, não são confiáveis ou não são comparáveis. Todas essas fragilidades e limitações metodológicas geram uma discrepância considerável entre o número de casos observados (vítimas assistidas) e as estimativas nacionais e globais das vítimas traficadas.

4 UNESCO Bangkok. Trafficking Statistics Project. <http://www.unescobkk.org/>

Quadro 1. Bases de dados internacionais sobre tráfico de pessoas: metodologias, limites e potencialidades

| Agência/Ano | Foco da abordagem | Critério de coleta | Estimativa | Modalidade | Método da Estimativa |
|--|--|---------------------------------|---|---|---|
| Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC) / 2008 | Padrões e tendências entre países e regiões | Tráfico Transnacional | Não apresenta estimativas próprias. Analisa estatísticas e relatórios de organizações governamentais, ONGs, pesquisas e mídias de 155 países. | 87% Sexual 28% Laboral | Coleta e analisa estatísticas e registros de incidentes de tráfico de pessoas. No entanto, se os incidentes de tráfico envolvem cinco ou quinhentas vítimas, isso é irrelevante para a metodologia adotada pelo UNDOC. |
| Organização Internacional do Trabalho (OIT) / 2008 | Estimativa global de vítimas | Tráfico Interno e Transnacional | 2.440.000 pessoas traficadas | 43% Sexual 32% Laboral 25% Mista: Sexual e Laboral | Usa o método de captura / recaptura baseado nos casos reportados. O método de extrapolação baseia-se em pressupostos e observações que ainda não foram testados e validados de forma rigorosa. |
| Organização Internacional para Migrações (OIM) / 2000 a 2011 | Vítimas atendidas nas 72 missões da OIM em 89 países | Tráfico Interno e Transnacional | 20.000 casos de vítimas atendidas entre: 2000 e 2011 (*) Dados referentes a 5.498 vítimas atendidas em 2011. | 53% Laboral - 27% Sexual, 5% mista: sexual e laboral 7% mista: remoção de órgãos e casamento forçado. 5% mendicância, 3% sem informação (*) | Coleta dados das vítimas assistidas nos países onde há missões da OIM. A abordagem é restrita a um número limitado de países e regiões, não é possível extrapolar e estimar o número de pessoas traficadas de um país a partir do número de vítimas assistidas. |
| Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/2008 (UNHCR) | Estimativa global de vítimas | Tráfico Interno e Transnacional | Entre 800.000 (U.S. Department of State) e 2.440.000 (estimativa/ OIT) pessoas traficadas | Sexual: Não há informação Laboral: Não há informação | Não há estimativas exatas do número de vítimas traficadas. |
| Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/2009 (UNIFEM) | Indeterminado | Indeterminado | Entre 500.000 e 2.000.000 pessoas traficadas | Sexual: Não há informação Laboral: Não há informação | Não há estimativas exatas do número de mulheres traficadas. |
| Fundo das Nações Unidas para Crianças/2005 (UNICEF) | Estimativa global de vítimas | Tráfico Interno e Transnacional | Não há estimativas do número de crianças e adolescentes traficados | Sexual: Não há informação Laboral: Não há informação | Não há estimativas exatas do número de crianças e adolescentes traficados. Usa a Simulação de Monte Carlo para estimar o risco de ser traficado. A estimativa depende de vários critérios quantitativos (como sexo e idade), negligenciando critérios qualitativos (redes e fluxos de migração e fatores culturais). |
| Departamento de Estado dos Estados Unidos/2008 | Estimativa global de vítimas | Tráfico Transnacional | Entre 600.000 e 800.000 pessoas traficadas | 66% Sexual 34% Laboral | |

Fonte: ADAPTADO da UNESCO: disponível em: www.unescobkk.org & do Relatório da IOM: Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

As principais limitações metodológicas identificadas nas bases de dados das organizações internacionais responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico são: (I) as metodologias de estimação do número de vítimas são obscuras e não são acessíveis; (II) as estimativas produzidas referem-se ao período de um ano, e não podem ser utilizadas em análises de séries temporais para determinar o aumento, decréscimo ou estabilidade do tráfico de pessoas; (III) o foco na modalidade de tráfico para fins de exploração sexual, na prática, leva à tendência de negligenciar outras modalidades (exploração laboral, remoção de órgãos etc.) e outros perfis de vítimas (homens), o que resulta em maior subnotificação; (IV) da mesma forma, a focalização no tráfico transnacional reduz a atenção sobre os casos de tráfico interno gerando maior subnotificação; e (V) o maior desafio metodológico para o cálculo acurado do número total de vítimas é fazer a passagem entre os casos notificados e não notificados de tráfico. Essa abordagem fragmentada impossibilita uma compreensão acurada do fenômeno e não colabora para a avaliação da efetividade e eficácia dos programas e das políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Concluímos que as principais organizações internacionais que dispõem de bases de dados globais e responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas, em função das inconsistências metodológicas e de constrangimentos institucionais, ainda não desenvolveram um mecanismo efetivo e seguro para estimar o número de vítimas ou para cruzar informações e produzir análises sobre o tráfico a partir das diversas bases de dados disponíveis.

A seguir, analisamos os dados coletados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 89 países em 2011 relativos à dinâmica do tráfico de pessoas e ao perfil das vítimas atendidas. As informações são coletadas e armazenadas em uma base de dados global denominada Módulo de Combate ao Tráfico⁵ que reúne aproximadamente 20.000 casos individuais de vítimas de tráfico atendidas⁶ no período entre 2000 e 2011. A base de dados construída⁷ pela OIM consiste na base de dados mais sistemática e rigorosa sobre o perfil das vítimas e a dinâmica do tráfico nos países investigados. As informações dos 20.000 casos individuais de vítimas de tráfico atendidos nos 89 países onde a OIM atua podem ser desagregadas por ano, sexo, idade, nacionalidade, modalidade de tráfico, dinâmica do processo de migração, da exploração e dos meios ilícitos empregados e tipo de assistência prestada às vítimas. Há informações sobre a duração de episódios específicos de tráfico, sobre a duração da permanência no país de destino antes da abordagem da OIM, bem como informações sobre a rede de recrutadores e traficantes e sua relação com as vítimas. Além disso, os dados podem ser analisados na perspectiva origem, trânsito e destino no nível, local, regional e global.

Entretanto, é fundamental compreender o contexto da produção dos registros da base de dados da OIM, seus alcances e limites. Os dados só refletem os casos assistidos pelas missões da OIM. A interpretação isolada dos dados não produz um retrato acurado do tráfico de pessoas em um determinado país ou região. Uma proporção das missões não

5 Os registros são coletados e armazenados em uma base de dados global denominada: MIMOSA (Migrant Management Operational System Application). Nela estão informações biográficas e demográficas sobre os migrantes necessárias para os diversos atendimentos e serviços prestados pela OIM, como: assistência para retorno voluntário, acomodação, assistência médica, treinamento educacional e vocacional, assistência financeira, assistência legal e assistência para emprego.

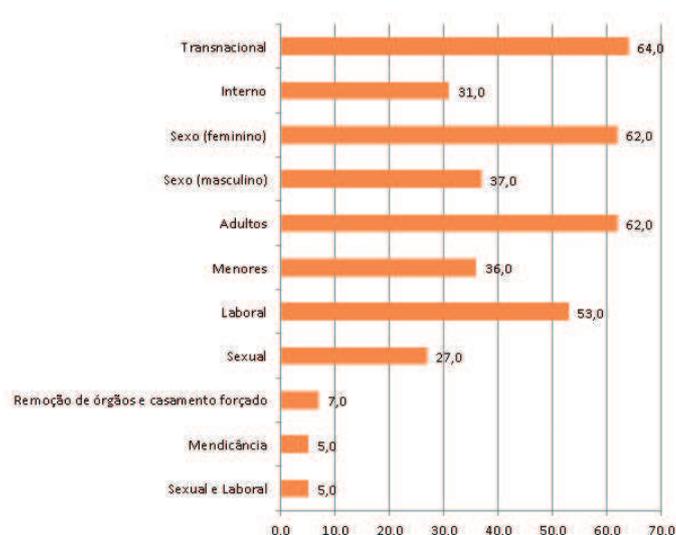
6 A OIM provê uma série de atendimentos às vítimas de tráfico de pessoas, os principais tipos de atendimento consistem em: assistência para retorno voluntário, acomodação, assistência médica, treinamento educacional e vocacional, assistência financeira, assistência legal, assistência para emprego e monitoramento aos casos atendidos.

7 Para mais informações sobre a base de dados da OIM ver: Surtees, R. & Craggs, S. *Beneath the surface. Methodological issues in research and data collection with trafficked persons*, Geneva: IOM & Washington D. C. NEXUS, 2010.

alimenta regularmente o Módulo de Combate ao Tráfico da base da OIM, o que resulta em perda de registros. O relatório anual⁸ do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos baseia-se nos dados do Módulo de Combate ao Tráfico da OIM. Em 2012, a OIM elaborou um estudo com o objetivo de mensurar comparativamente os atendimentos diretos prestados às vítimas de tráfico de pessoas no ano de 2011 em 72 missões pelo mundo, reunindo informações de 89 países da África⁹, Ásia¹⁰, Europa¹¹, Oriente Médio¹² e do Continente Americano¹³.

O gráfico 1 apresenta uma descrição do perfil das 5.498 vítimas de tráfico de pessoas atendidas pelas missões da OIM em 89 países em 2011. Tal descrição informa que 64% foram vítimas de tráfico transnacional, 62% são do sexo feminino, 62% são adultos e 36% têm idade inferior a 18 anos. Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 53% foram vítimas para fins de exploração laboral, 27% para fins de exploração sexual, 7% para fins de remoção de órgãos e casamento forçado, 5% para fins de mendicância e 5% para fins de exploração sexual e laboral.

Gráfico 1. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas atendidas pela OIM: 2011. N = 5.498



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

Quanto à nacionalidade das vítimas de tráfico de pessoas, o perfil das pessoas atendidas pelas missões da OIM revela, conforme o gráfico 2, grande concentração de vítimas de nacionalidade ucraniana e haitiana, seguida por vítimas do Yêmen, Laos, Uzbequistão, Camboja, Quirguistão, Afeganistão, Belarus e Etiópia.

8 Ver: 2012 Trafficking in Persons Report of the U.S. Department of State disponível em:

9 A OIM prestou assistência direta a 303 vítimas de tráfico de pessoas em 14 países da região africana em 2011: Angola, Djibouti, Etiópia, Gana, Quênia, Mali, Maurício, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabuê.

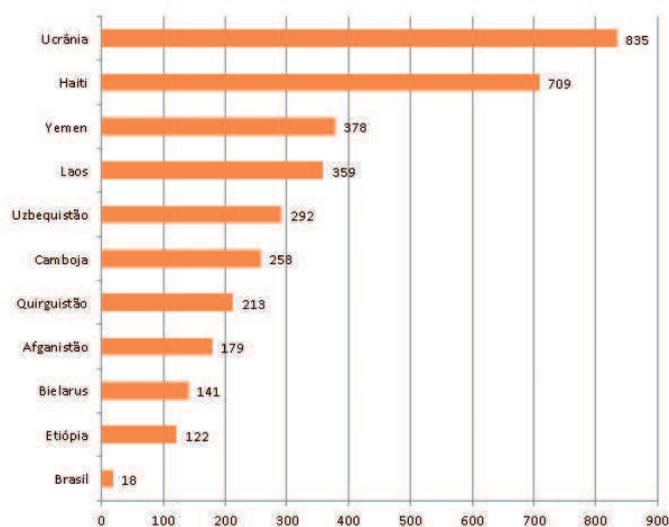
10 A OIM prestou assistência direta a 1909 vítimas de tráfico de pessoas em 27 países da região asiática em 2011: Ásia Central: Afeganistão, Bangladesh, Índia, Casaquistão, Quirguistão, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Tadiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão; Sudeste Asiático e região do Pacífico: Camboja, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Filipinas, Tailândia, Timor Leste e Vietnã.

11 A OIM prestou assistência direta a 1606 vítimas de tráfico de pessoas em 33 países da região da Europa em 2011: Albânia, Áustria, Azerbaijão, Belarus, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Kosovo, Lituânia, Moldávia, Montenegro, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Espanha, Suíça, Turquia, Reino Unido, Ucrânia.

12 A OIM prestou assistência direta a 696 vítimas de tráfico de pessoas em 7 países da região do Oriente Média em 2011: Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Yemen.

13 A OIM prestou assistência direta a 984 vítimas de tráfico de pessoas em 15 países da América do Sul e do Norte 2011: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Peru, Região do Caribe e Estados Unidos.

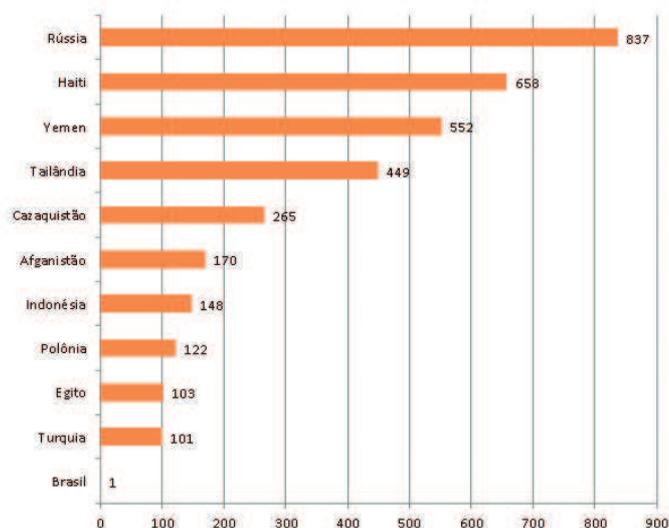
Gráfico 2. Nacionalidade das vítimas de tráfico atendidas pela OIM: 2011. N = 5.498



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

Quanto ao país de destino das vítimas de tráfico de pessoas, o perfil das pessoas atendidas pelas missões da OIM revela (gráfico 3) grande concentração de vítimas que seriam traficadas para a Rússia e Haiti, seguidos pelo Yêmen, Tailândia, Casaquistão, Afganistão, Indonésia, Polônia, Egito e Turquia.

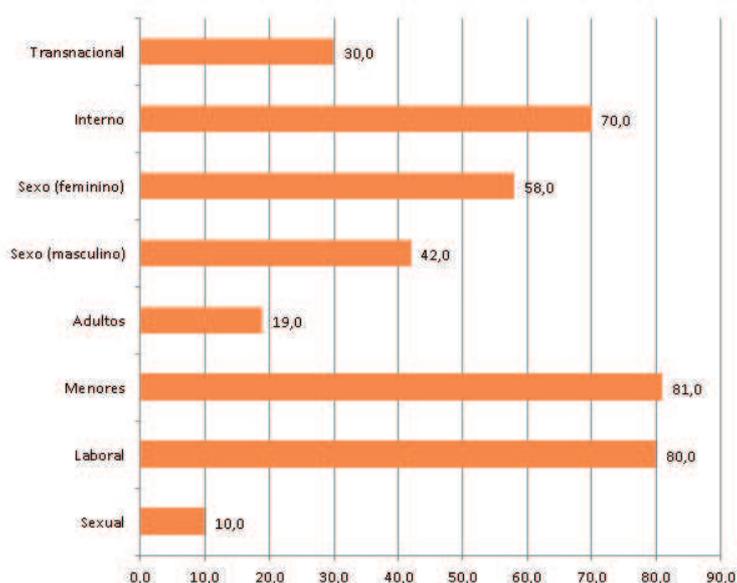
Gráfico 3. País de destino das vítimas atendidas pela OIM: 2011. N = 5.498



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

O gráfico 4 apresenta uma descrição do perfil das 984 vítimas de tráfico de pessoas atendidas pelas missões da OIM em 15 países do Continente Americano em 2011. Tal descrição informa que 70% foram vítimas de tráfico interno, 58% são do sexo feminino, apenas 19% são adultos e 81% são menores (pessoas com idade inferior a 18 anos). Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 80% foram vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, 10% para fins de exploração sexual e o restante agrega casos de mendicância, misto de exploração laboral e sexual, misto de exploração laboral e outros tipos.

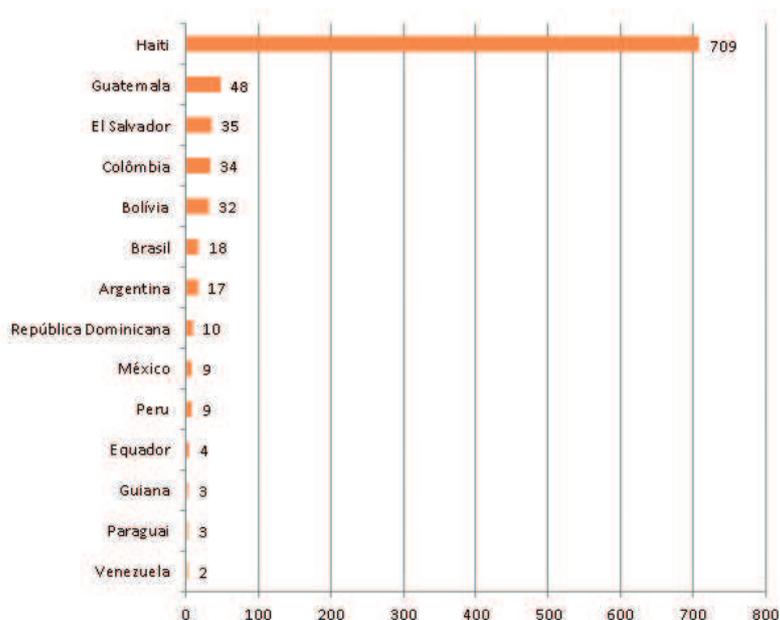
Gráfico 4. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas no Continente Americano: 2011. N = 984



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

Quanto à nacionalidade das vítimas de tráfico de pessoas oriundas do Continente Americano, os dados da OIM revelam grande concentração de vítimas de nacionalidade haitiana, seguida por dois grupos de países: no primeiro, composto por Guatemala, El Salvador, Colômbia, Bolívia, Brasil e Argentina, a incidência é maior (entre 17 e 48 vítimas); e no segundo composto por República Dominicana, México, Peru, Equador, Guiana, Paraguai e Venezuela, a incidência é menor (entre 2 e 10 vítimas).

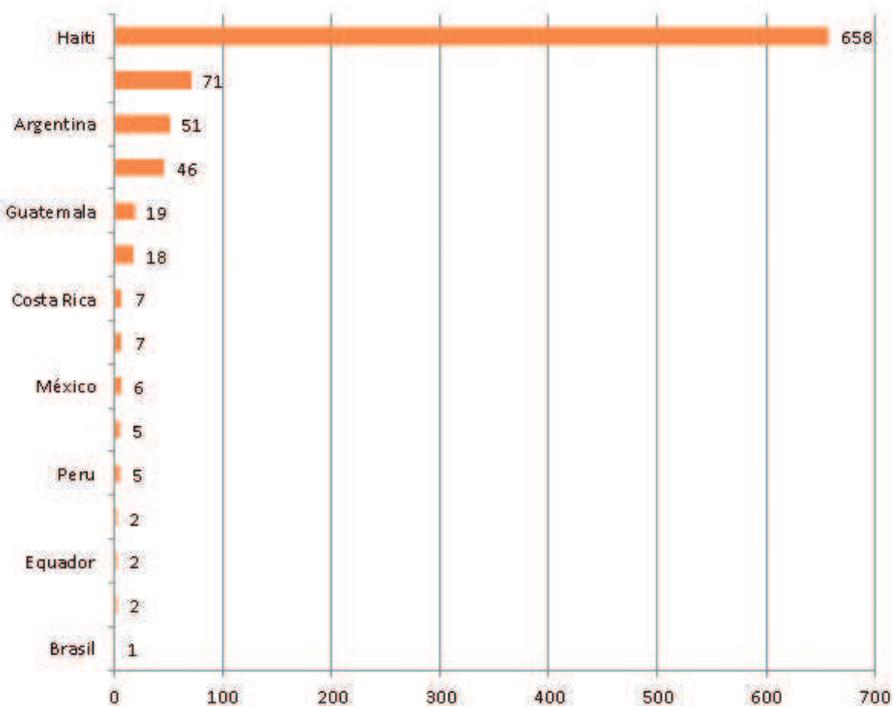
Gráfico 5. Nacionalidade das vítimas de tráfico de pessoas do Continente Americano: 2011. N = 984



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

Quanto ao país de destino das vítimas de tráfico de pessoas, os dados da OIM revelam grande concentração de vítimas que foram ou seriam traficadas para o Haiti, seguido por dois grupos de países: no primeiro, composto por Estados Unidos, Argentina, República Dominicana, Guatemala e El Salvador, a incidência é maior (entre 18 e 71 vítimas); e no segundo, composto por Costa Rica, Nicarágua, México, Jamaica, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Brasil, a incidência é menor (entre 1 e 7).

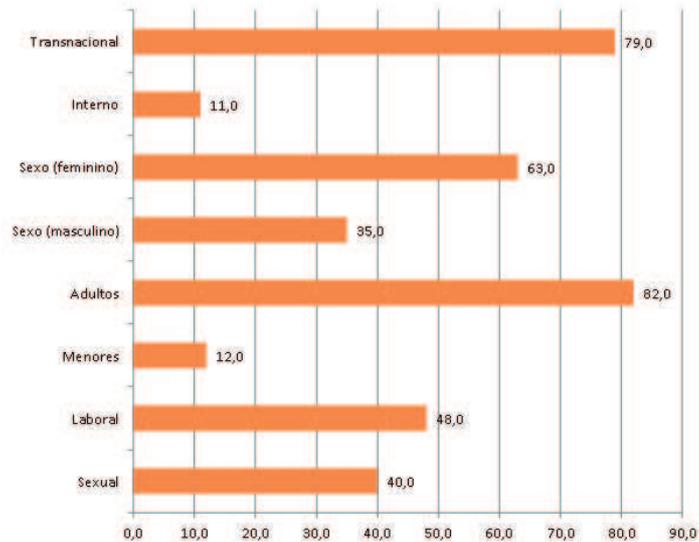
Gráfico 6. País de destino das vítimas de tráfico de pessoas no Continente Americano: 2011. N = 5.498



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

O gráfico 7 apresenta uma descrição do perfil das 1.606 vítimas de tráfico de pessoas em 33 países da região da Europa em 2011. Tal descrição informa que 79% foram vítimas de tráfico transnacional, 63% são do sexo feminino, 81% são adultos. Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 48% foram vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, 40% para fins de exploração sexual e o restante agrega casos de mendicância, misto de exploração laboral e sexual e para fins de atividades criminosas.

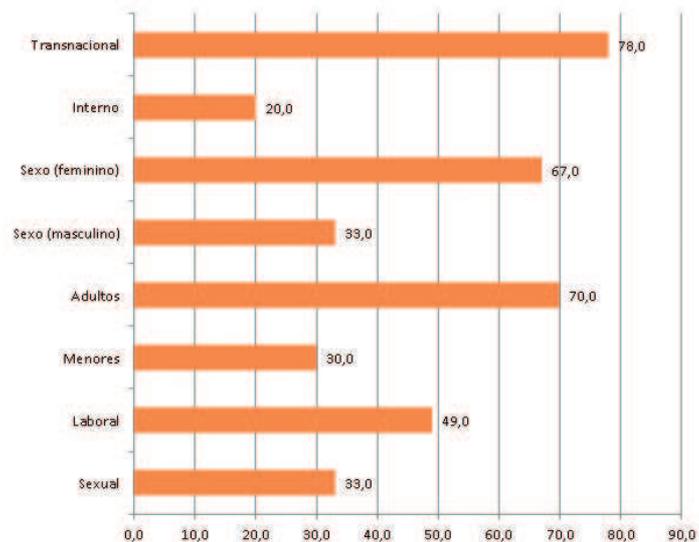
Gráfico 7. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas atendidas pela OIM na Europa: 2011. N = 1606



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

O gráfico 8 apresenta uma descrição do perfil das 1.909 vítimas de tráfico de pessoas atendidas pelas missões da OIM em 27 países da região da Ásia em 2011. Tal descrição informa que 78% foram vítimas de tráfico transnacional, 67% são do sexo feminino, 70% são adultos. Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 49% foram vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, 33% para fins de exploração sexual e o restante agrega casos de mendicância, misto de exploração laboral e sexual, para fins de atividades criminosas, exploração laboral e outros tipos.

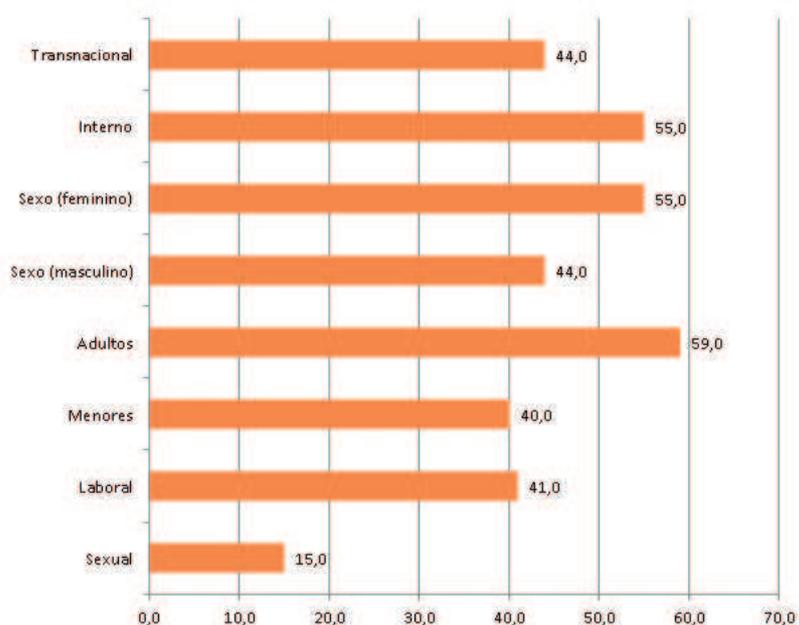
Gráfico 8. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas atendidas pela OIM na Ásia: 2011. N = 1909



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

O gráfico 9 apresenta uma descrição do perfil das 696 vítimas de tráfico de pessoas atendidas pelas missões da Organização Internacional para as Migrações em 7 países da região do Oriente Médio em 2011. Tal descrição informa que 44% foram vítimas de tráfico transnacional, 55% são do sexo feminino, 59% são adultos. Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 41% foram vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, 15% para fins de exploração sexual e o restante agrega casos de mendicância, para fins de atividades criminosas, misto de exploração laboral e sexual e outros tipos.

Gráfico 9. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas atendidas pela OIM no Oriente Médio: 2011. N=696



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

O gráfico 10 apresenta uma descrição do perfil das 303 vítimas de tráfico de pessoas atendidas pelas missões da OIM em 14 países da África em 2011. Tal descrição informa que 58% foram vítimas de tráfico transnacional, 54% são do sexo feminino, 51% são adultos. Quanto à modalidade do tráfico de pessoas, 41% foram vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, 13% para fins de exploração sexual e o restante agrega casos de mendicância, misto de exploração laboral e sexual, para fins de atividades criminosas e outros tipos.

Gráfico 10. Dinâmica do tráfico de pessoas e perfil das vítimas atendidas pela OIM na África: 2011. N = 303



Fonte: IOM-2011 Case Data on Human Trafficking: Global Figures & Trends, 2012.

2.2. CONCLUSÃO

A base de dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) é sistemática e tem sido aprimorada ao longo dos últimos anos. Apesar de se limitar aos países onde a OIM atua diretamente, promovendo assistência às vítimas de tráfico e ter uma história relativamente curta, (12 anos), ela é a única que contém dados diretamente obtidos das vítimas traficadas. Essa abordagem apresenta uma série de vantagens, tais como: evita generalizações e estimativas pouco rigorosas e com baixa confiabilidade; as estatísticas produzidas podem ser utilizadas em análises de séries temporais para determinar o aumento, decréscimo ou estabilidade do tráfico de pessoas; não há uma focalização em uma modalidade de tráfico, o que reduz a subnotificação; como também não há uma focalização no tráfico transnacional, o que novamente reduz a subnotificação.

A abordagem da OIM, de coleta de dados diretamente das pessoas traficadas, é uma fonte de informações riquíssima e central para os esforços de compreender e enfrentar o tráfico de pessoas no nível local, regional e global. Essa abordagem permite esclarecer questões obscuras e de difícil resolução, como: os fatores de risco e as situações de vulnerabilidade¹⁴, as necessidades específicas dos diferentes grupos traficados (homens, mulheres, transgêneros, adolescentes e crianças), as dimensões de gênero e raça do tráfico, o rastreamento das vítimas que foram re-traficadas, e as dinâmicas da migração, dos meios ilícitos e da exploração que envolvem o tráfico de pessoas.

¹⁴ O Protocolo de Palermo não define quais as situações que podem ser consideradas de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas.

3. AS BASES DE DADOS NACIONAIS SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

A situação faz lembrar a história de cinco cegos tentando descrever um elefante. Cada um toca o animal em diferentes partes: a tromba, as presas, o flanco enorme e áspero, as pernas atarracadas e o rabo. Cada um fornece uma descrição completamente diferente do que sente, e ninguém sozinho consegue descrever adequadamente o que o elefante realmente é.

(Cwikel e Hoban 2005, p. 315)

3.1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa seção é examinar as limitações dos sistemas de produção de dados e informações sobre tráfico de pessoas no Brasil, bem como as potencialidades oferecidas pelas informações disponíveis. Em vez de tomar os registros administrativos e as estatísticas oficiais de tráfico de pessoas como pressuposições não problematizadas, procuramos discuti-los como resultado do embate de processos políticos, ideológicos e burocráticos que se constitui a partir da agenda e objetivos das organizações governamentais e não governamentais voltadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

As estatísticas são parte dos mecanismos e da tecnologia de poder do Estado moderno e são utilizadas no processo de controle da população (Foucault, 1987). Esse novo modelo de Estado transforma a população em fim e instrumento de governo e preocupa-se em geri-la em profundidade. Preocupa-se com dispositivos de vigilância e disciplina da população. Ou seja, a produção de estatísticas sobre qualquer assunto é o resultado de um projeto de poder com vistas a intervir e controlar a realidade social.

Os sistemas de produção de registros administrativos e de estatísticas oficiais de criminalidade são usados regularmente para retratar os níveis de violência e de regulação da ordem pública. As interpretações e discursos de senso comum referentes às estatísticas, muitas vezes, tomam os números por representações exatas e absolutas da realidade, contribuindo, desse modo, para consolidar a noção de que se trata de dados objetivos, científicos, desinteressados e neutros. Desta forma, um dos grandes problemas da contabilidade de comportamentos ilegais se refere à abrangência das estatísticas oficiais e aos problemas de subnotificação. Assim, tal como analisado por Kitsuse e Cicourel (1963), a produção de um relatório estatístico não se refere a todos os fatos acontecidos, mas responde a categorias escolhidas: “o que as estatísticas refletem são as contingências organizacionais que condicionam a aplicação de determinadas leis a determinadas condutas por meio da interpretação, das decisões e atuações do pessoal encarregado de aplicar a lei” (Kitsuse e Cicourel, 1963, p. 137). Com isto, os autores mostraram que não só influem os critérios legais nos registros dos crimes, como também critérios ideológicos, organizacionais e políticos. As estatísticas oficiais de criminalidade estão sujeitas a uma série de limites de validade e confiabilidade, pois refletem o processo social de notificação de crimes, o que traz vieses e distorções para o universo dos crimes

conhecidos oficialmente (Coelho, 1978; Paixão, 1983). Outro grande problema refletido no nosso conhecimento dos comportamentos ilegais captados por meio da contagem de registros administrativos e das estatísticas oficiais é o fato de que estas informações refletem, além da percepção dos atores que coletam ou processam as informações, os percursos institucionais a eles associados, seja na coleta, agregação, consistência, processamento ou produção de relatórios estatísticos. A consequência disso é que estes registros irão refletir os valores, atitudes, crenças destes atores e de suas instituições (Coelho, 1978; Paixão, 1983).

Dessa maneira, ao discutirmos a forma como são produzidos os registros administrativos e as estatísticas oficiais, a primeira preocupação diz respeito ao que estes dados podem nos informar e àquilo que eles omitem. Os dados não devem ser analisados como se representassem um retrato fiel da contabilidade do crime, mas apenas um retrato dos crimes oficialmente detectados. Os padrões e tendências detectados dos comportamentos ilegais a partir dos registros administrativos e das estatísticas oficiais de crimes são o resultado de um processo que implica a atribuição de vieses e significados próprios das organizações governamentais e não governamentais (sujeitas a limites operacionais, pressões políticas e cruzadas morais, podendo dirigir sua atuação mais sobre alguns grupos do que outros), retratando não só a criminalidade, mas também as etapas de funcionamento dessas organizações (Paixão, 1983).

Nessa pesquisa, os números de atendimentos, denúncias, inquéritos, indiciamentos e condenações relativos ao tráfico de pessoas serão analisados por meio dos registros administrativos e das estatísticas oficiais contabilizados pelas organizações da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Apesar de todos os problemas identificados na produção das estatísticas oficiais, elas informam como as agências de controle (governamentais e não governamentais) respondem ao problema público do tráfico de pessoas. Assim, trata-se de informações que refletem a atuação dessas agências de controle, sua forma particular de tratar o fenômeno, expressando limites que refletem, entre outras questões, seu próprio campo de atuação. As estatísticas oficiais são reveladoras das práticas e interpretações dos profissionais das agências de controle sobre distintas moralidades e os usos da legislação.

Essas reflexões resultam do trabalho que buscamos realizar, movidos pelo interesse de contar com dados provenientes das organizações da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. A opção por trabalhar com a produção de dados referentes ao tráfico de pessoas a partir de uma análise quantitativa possibilitaria uma percepção acerca das formas de resposta das organizações da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas à luz do Plano Nacional.

Dessa forma, não foi possível gerar uma base de dados comparáveis, devido às diferenças dos registros quanto à sua natureza, a seu alcance territorial e ao período. Não foi possível considerar áreas relativamente semelhantes para efetuarmos comparações.

3.2 ANÁLISE DAS BASES DE DADOS NACIONAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES

As políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil não têm uma história contada em números, justamente porque se trata de uma política em construção. O relatório final da pesquisa sobre “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial Brasil”, publicado em 2002, enfatiza as limitações dos registros oficiais que impossibilitam a contabilidade do número de vítimas de tráfico de pessoas no país, em função da “fragilidade das redes de notificação e de armazenamento de dados, sobretudo no que concerne à prestação de informações precisas e decisivas para o enfrentamento da questão” (Pestraf, 2002, p. 208). Assim, não existem dados sobre as diversas modalidades de tráfico de pessoas que possam ser comparados entre as regiões e estados do país.

Ainda não foram criados indicadores a partir dos quais pudéssemos comparar sua variação e sua relação com decisões políticas, aplicação de recursos etc. Há pesquisas anteriores (Gueraldi e Dias; 2012; ICMPD, 2011; REDLAC–GAATW, 2008; SNJ/MJ, 2009; SNJ/MJ, 2007; SNJ/MJ, 2005a; SNJ/MJ, 2005b; SNJ/MJ, 2004; PESTRAF/BRASIL, 2002) sobre narrativas de violações de direitos humanos e relatos de experiências das vítimas de tráfico de pessoas, bem como sobre a atuação das organizações no enfrentamento ao tráfico de pessoas, e fizemos uso intensivo destas. Mas sobre a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas na região Sudeste não há muito. Há também números de denúncias, de atendimento às vítimas, de operações, inquéritos, ações penais e de condenações produzidos por diversas organizações governamentais e não governamentais. É possível, por exemplo, quantificar o número de inquéritos e condenações, entre outros, por estado do Sudeste. No entanto, conforme avançou a pesquisa - principalmente as entrevistas com os operadores da rede de enfrentamento -, percebemos que os números estão desorganizados, isto é, não há uniformidade na montagem das bases de dados e que os próprios números continham uma amplitude e ambiguidade que dificultava o seu uso. Não há uniformidade na montagem das bases o que impossibilita o cruzamento das informações coletadas (mesmo que por metodologias díspares), análise de séries temporais, e análises comparativas entre regiões, estados e municípios.

Longe de ser uma característica exclusiva das organizações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, os problemas das estatísticas oficiais de segurança pública e justiça criminal, tais como subnotificação, dados precários, dispersos e de difícil comparação temporal e espacial, são uma constante no Brasil (Coelho, 1978; Paixão, 1983; FJP, 1988; Kahn, 2000; Beato 2005). Para olhá-las mais de perto, examinamos as limitações dos sistemas de produção de dados e informações sobre tráfico de pessoas no Brasil, bem como as potencialidades oferecidas pelas informações disponíveis.

Quadro 2. Bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil: metodologias, limites e potencialidades

| Instituição responsável | Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Disque 180 | Ministério da Saúde (SINAN) | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Censo SUAS/CREAS | Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/RJ | Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/RJ | Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/SP | Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SP |
|--|--|--|---|---|--|---|--|
| Número de casos relacionados ao tráfico de pessoas | 150 denúncias | 53 atendimentos | 602 atendimentos | 12 atendimentos | 12 atendimentos | 20 atendimentos | 302 atendimentos |
| Período/Cobertura | Brasil / 2005-2011 | Sudeste / 2006-2011 | 2009 / Brasil | 2011 | 2011 | 2011 | 2009-2012 |
| Documento padrão para captação de dados sobre tráfico de pessoas | NÃO | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Número de casos relacionados ao tráfico de pessoas | NÃO | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Período/Cobertura | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Documento padrão para captação de dados sobre tráfico de pessoas | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal |
| Modo de divulgação | Internet | Relatório Interno | Internet | Relatório Interno | Relatório Interno | Relatório Interno | Relatório Interno |
| Frequência da divulgação dos dados | Anual | Irregular (sem periodicidade definida) | Bienal | Irregular (sem periodicidade definida) | Irregular (sem periodicidade definida) | Irregular (sem periodicidade definida) | Irregular (sem periodicidade definida) |

Quadro 2. Bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil: metodologias, limites e potencialidades

| | Secretaria dos Direitos Humanos/ Disque Denúncia Nacional(Disque 100) | Secretaria dos Direitos Humanos/ Matriz Inter-setorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | Polícia Rodoviária Federal | Polícia Federal | Polícia Civil do Estado de São Paulo | Ministério Público Federal | Ministério do Trabalho e Emprego |
|--|---|--|-------------------------------------|--------------------|--|--|---|
| Frequência da divulgação dos dados | Anual | Bienal | Bienal | Anual | Irregular (sem periodicidade definida) | Irregular (sem periodicidade definida) | Irregular (sem periodicidade definida) |
| Modo de divulgação | Internet | Internet | Internet | Internet | Internet | Relatório Interno | Relatório Interno |
| Documento padrão para captação de dados sobre tráfico de pessoas | Mensal | Anual | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal |
| Período/Cobertura | NÃO | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Número de casos relacionados ao tráfico de pessoas | | | SIM | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Documento padrão para captação de dados sobre tráfico de pessoas | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Período/Cobertura | Brasil / 2005-2009 | Brasil / 2004-2010 | Brasil / 2011-2012 | Brasil / 1999-2011 | Município de São Paulo / 1999-2008 | Brasil / 2002-2011 | Brasil / 2002-2011 |
| Número de casos relacionados ao tráfico de pessoas | 381 denúncias | 27.644 (registros de ESCA) | 1.776 (pontos com registro de ESCA) | 565 inquiridos | 233 vítimas | 211 condenações | 37.284 trabalhadores libertos do trabalho escravo |

Quadro 3. Variáveis existentes para captação de informações sobre tráfico de pessoas nas bases de dados nacionais

| Instituição responsável | Variáveis existentes para captação de informações sobre tráfico de pessoas |
|---|---|
| Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Perfil vítima (sexo, idade, raça, cidade/país de residência, encaminhamentos) |
| | Modalidade de tráfico (sexual, laboral, remoção de órgãos) |
| Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante | Perfil vítima (sexo, idade, raça, cidade/país de residência, encaminhamentos) |
| | Modalidade de tráfico (sexual, laboral, remoção de órgãos) |
| Censo SUAS/CREAS | Perfil vítima (sexo, idade, raça, cidade/país de residência, encaminhamentos) |
| | Modalidade de tráfico (sexual) |
| Secretarias Estaduais de Saúde (SINAN) | Perfil vítima (sexo, idade, raça, escolaridade, ocupação, cidade/país de residência, encaminhamentos) |
| | Perfil autor agressão (sexo, idade, raça, vínculo com a vítima) |
| Central de Atendimento às Mulheres - Disque 180 | Modalidade de tráfico (sexual) |
| | Número de denúncias por ano e região |
| Disque Denúncia Nacional - Disque 100 | Modalidade de tráfico (sexual) |
| | Número de denúncias por ano e região |
| Matriz Inter-setorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | Modalidade de tráfico (sexual) |
| | Número de registros de exploração sexual por ano, município, estado e região |
| Polícia Rodoviária Federal | Modalidade de tráfico (sexual) |
| | Número de trechos (rodovias federais) de exploração sexual por ano, estado e região |
| Polícia Federal | Perfil vítima (idade: adulto, criança e adolescente) |
| | Perfil acusados (sexo, nacionalidade) |
| Polícia Civil do Estado de São Paulo | Número de inquéritos e indiciamentos de tráfico de pessoas por ano, estado e região |
| | Modalidade de tráfico (sexual, laboral, remoção de órgãos) |
| Ministério Público Federal | Dinâmica do tráfico (interno, transnacional) |
| | Perfil vítima (idade: adulto, criança e adolescente) |
| Ministério do Trabalho e Emprego | Perfil acusados (sexo, nacionalidade) |
| | Número de inquéritos e indiciamentos de tráfico de pessoas por ano, estado e região |
| Ministério Público Federal | Modalidade de tráfico (sexual, laboral, remoção de órgãos) |
| | Dinâmica do tráfico (interno, transnacional) |
| Ministério do Trabalho e Emprego | Número de registros de trabalho escravo por ano, município, estado e região |
| | Modalidade de tráfico (laboral) |
| Ministério do Trabalho e Emprego | Dinâmica do tráfico (interno, transnacional) |
| | Perfil vítima (idade: adulto, criança e adolescente) |
| Ministério do Trabalho e Emprego | Perfil acusados (ramo de atividade) |
| | Perfil acusados (ramo de atividade) |

Quadro 4. Base de dados do Ministério da Saúde (SINAN)

| Organização / Área de atuação | Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | Perfil das vítimas | | | Perfil dos acusados | Dinâmica do tráfico: processo de Migração [*] , Meios Ilícitos ^{**} e Exploração ^{***} |
|---|---|--|--|---|---------------------|---|
| Governamental / Atendimento | Território nacional | Número de atendimentos de tráfico de pessoas | Informações sobre idade da vítima | Municípios de origem das vítimas | | |
| Ministério da Saúde / (Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)) | 01/08/2006 a 01/2011 | Total SP (31) 2009 (9); 2010 (8); 2011 (13); 2012 (S.I.) | SP 1 a 4 anos (5) 5 a 9 anos (2) 10 a 14 anos (5) 15 a 19 anos (3) 20 a 29 anos (6) 30 a 39 anos (5) 40 a 49 anos (1) 60 a 69 anos (1) | Municípios de SP (4): Campinas, Diadema, Guarulhos e São Paulo | | |
| O componente I (Violências) passou a ser compulsório apenas a partir de 1/2011 | Tráfico de mulheres, adolescentes e crianças para fins de exploração sexual | Total MG (17) 2009 (3); 2010 (4); 2011 (6); 2012 (4) | MG 1 a 4 anos (1) 10 a 14 anos (3) 15 a 19 anos (2) 20 a 29 anos (7) 30 a 39 anos (2) 60 a 69 anos (1) | Municípios de MG (12): Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Capelinha, Capim Branco, Conceição dos Ouros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Manhuaçu, Ribeirão das Neves, Santo Antônio do Monte e Urucuia | S.I. | S.I. |
| Secretaria de Estado da Saúde – Centro de Vigilância Epidemiológica – Núcleo Estadual de Acidentes e Violências | | Total ES: (5) 2009 (1); 2010 (1); 2011 (2); 2012 (1) | Sem Informação: | Municípios do ES: (3) Cariacica, Guarapari e Serra. | | |
| Unidade de registro: atendimento | | Total RJ: (S.I.) 2009 (S.I.) 2010 (S.I.) 2011 (S.I.) 2012 (S.I.) | Raça, Educação e Ocupação | Municípios do RJ: (S.I.) | | |

* As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

** As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

*** As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

S.I. Sem Informação.

A Secretaria de Estado da Saúde é um órgão público estadual e que mantém em seus arquivos uma ampla base de dados de saúde, dentre os quais se inclui um módulo de violência e acidentes. É comum que dados de instituições da área da saúde disponham de informações consistentes e confiáveis sobre crime. Em específico, casos de tráfico de pessoas atendidos pelo sistema de saúde estadual são monitorados pelo SINAN. Mais

recentemente (2011), além do tráfico de pessoas, outras violências passaram a ter um registro compulsório, o que gera registros de maior qualidade estatística. Desde 2006, existem registros de tráfico de pessoas disponibilizados pelo SINAN.

No geral, são poucas as informações disponibilizadas sobre os casos de tráfico de pessoas. Existem informações do número de casos, do número de atendimentos prestados às vítimas, das idades das mesmas e dos municípios de origem. Dentre os estados da região Sudeste, São Paulo se destaca pela maior quantidade de registros de vítimas de tráfico atendidas, apresentando acréscimo no período, atingindo em 2011 o total de 13 registros. Não foram repassados pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro os dados computados de tráfico de pessoas no SINAN.

Quanto à idade das vítimas de tráfico atendidas nos serviços de saúde, há uma concentração nas pessoas adultas com idade entre 20 e 39 anos. Há uma grande variação nos municípios de origem das vítimas no estado de Minas Gerais, que inclui a capital, bem como outras cidades de médio e pequeno porte. Em São Paulo, estão presentes quatro cidades, inclusive da região metropolitana do estado, enquanto, no Espírito Santo, a cidade de Vitória não apresentou quaisquer registros de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.

Aquém destas informações a respeito de vítimas, são inexistentes quaisquer dados sobre os acusados, ou informações adicionais sobre as ocorrências do tráfico de pessoas. É evidente que o sistema de saúde, por seus objetivos de atendimento, é bem mais adequado à coleta de informações sobre as vítimas que requerem atendimento médico do que dos outros elementos envolvidos no tráfico de pessoas. A estes, outras fontes podem ser mais adequadas.

Figura 2 Registros dos atendimentos as vítimas de tráfico nos serviços de saúde nos estados do Sudeste



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde – Centro de Vigilância Epidemiológica – SINAN

O mapa acima apresenta os casos de tráfico de pessoas computados no SINAN na região Sudeste. Ícones maiores indicam número maior de atendimentos, que variam de 31(São Paulo) até 5 (Espírito Santo). Especificamente para os dados do SINAN, são ofertadas informações apenas de atendimentos realizados, sendo esta a variável aplicada na construção do mapa.

Quadro 5. Base de dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Disque 180)

| Organização /Área de atuação | Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | Perfil das vítimas | | Perfil dos acusados | | Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** |
|--|---|---|---|---------------------|-----------------|--|
| Governamental / Atendimento | Todo o território nacional, 24 horas e gratuito | Número de denúncias de tráfico de mulheres | Número de pedidos de informação sobre tráfico de mulheres | | | |
| Central de Atendimento às Mulheres - Disque 180 (Secretaria de Políticas para as Mulheres) | 04/2005 a 04/2011 Tráfico de pessoas (mulheres) para fins de exploração sexual | Brasil: 2008 (30) 2009 (34) 2010 (73) 2011 (13) | Brasil: 2008 (17) 2009 (30) 2010 (44) 2011 (19) | Sem informações | Sem informações | |
| Unidade de registro: denúncia e pedido de informação | | | | | | |

Fonte: Central de Atendimento às Mulheres (Disque 180) - Secretaria de Políticas para as Mulheres

* As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

** As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

*** As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

O Disque 180 é uma central de atendimento de denúncias por telefone com cobertura em todo território nacional. Trata-se de um serviço gratuito, mantido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, a partir do qual se espera que cidadãos, vítimas ou testemunhas, entrem em contato, provendo o máximo de informação sobre ocorrências a serem encaminhadas e apuradas por órgãos competentes. Além de atender e encaminhar, os funcionários do Disque 180 também mantêm uma base de dados das denúncias recebidas. Não existem informações sobre a apuração destas denúncias - atribuição esta de outros órgãos -, mas os dados dispõem de quantidade significativa de informações a respeito desta primeira etapa: do recebimento das informações de casos de tráfico de pessoas em potencial. As informações disponíveis também são limitadas apenas ao tráfico de mulheres. Estão disponíveis dados do número de denúncias recebidas de tráfico de mulheres e quantidade de pedidos de informação, ambos com série a partir de 2008, e com frequências variando entre algumas dezenas (com máximo em 2008) de denúncias e pedidos de informação. O Disque 180 também presta informações gerais e preventivas a respeito do tráfico de pessoas a qualquer cidadão que o requisite.

30 As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

Quadro 6 Base de dados da Secretaria dos Direitos Humanos (Disque 100)

| | |
|--|--|
| Organização / Área de atuação | Governamental / Atendimento |
| | Disque Denúncia Nacional - Disque 100 (Secretaria dos Direitos Humanos - SDH) |
| Cobertura: espacial e temporal /Modalidade | Unidade de registro: denúncia |
| | Todo o território nacional, 24 horas e gratuito |
| | 2005 a 2009 Tráfico de pessoas (adolescentes e crianças) para fins de exploração sexual A partir de 11/2011 o atendimento é oferecido nos Consulados brasileiros em Portugal, Espanha e Itália |
| Perfil das vítimas | Número de casos registrados |
| | Denúncias de Tráfico de Crianças e Adolescentes 2005 a 2009: Total Brasil: (381) |
| | Total Sudeste: (114) |
| | Total por estado: RJ: (39); SP: (36); MG: (28); ES: (11) Distribuição percentual do total de denúncias do Disque 100: |
| | 0,66% = Tráfico de crianças e adolescentes 1,57% = Pornografia 38,56% = Exploração sexual 59,21% = Abuso sexual |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informações |

Fonte: Disque Denúncia Nacional (Disque 100) - Secretaria dos Direitos Humanos (SDH)

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) mantém em seus quadros institucionais o Disque Denúncia Nacional - Disque 100. É um serviço semelhante ao Disque 180, descrito anteriormente, com o diferencial de possuir foco em crianças e adolescentes (em oposição às mulheres no anterior).

Novamente, os dados disponíveis consistem apenas em denúncias levadas ao conhecimento do Disque 100 por meio de cidadãos interessados. Informações de etapas posteriores a denúncia, dentre apurações, denúncias, atendimentos e condenações não são contemplados entre os dados deste serviço, uma vez que são de responsabilidade de outras instituições do poder executivo, judiciário e ONGs em geral.

33 As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

34 As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

35 As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

São dados de 2005 a 2009, para todo o território nacional, nos quais é possível identificar a quantidade de denúncias de tráfico de crianças e adolescentes para o Disque 100 em cada estado da federação, e para o Brasil como um todo. O Rio de Janeiro, para esta fonte em específico, é o estado onde foi registrado maior número de casos deste tipo. Outras denúncias também presentes nos dados do Disque 100 incluem pornografia, exploração sexual e principalmente casos de abuso sexual, sendo estes quase 60% das denúncias encaminhadas à instituição. Tráfico de crianças e adolescentes corresponde a percentual inferior a 1% das denúncias recebidas.

Figura 3. Registros das denúncias de tráfico de pessoas no Disque 100



Fonte: Disque Denúncia Nacional (Disque 100) - Secretaria dos Direitos Humanos (SDH)

O mapa acima descreve a distribuição espacial das denúncias recebidas pelo Disque 100 nacional, entre 2005 e 2009. Segundo os registros computados pelo Disque 100, as frequências são aproximadamente constantes entre os três maiores estados da região Sudeste, e significativamente inferior para o Espírito Santo, que também apresenta menor população. Por ser um sistema nacional de denúncias, e pela qualidade dos registros internos da instituição, todos os estados foram representados no mapa.

Quadro 7. Base de Dados da Polícia Federal

| | |
|--|--|
| Organização /Área de atuação | Governamental / Repressão Polícia Federal Divisão de Direitos Humanos Responsável por investigar o tráfico internacional de pessoas e o tráfico interno, desde que envolva mais de um Estado da Federação. Unidade de registro: inquérito e indiciamento |
| Cobertura: espacial e temporal /Modalidade | Todo o território nacional 1999 a 2011 Tráfico Interno e Internacional de pessoas para fins de exploração sexual, laboral e remoção de órgãos Foram realizadas 22 operações de combate ao tráfico de pessoas no período. |
| Perfil das vítimas | Sem informações |
| Perfil dos acusados | Total de Inquéritos no Brasil: 565; Internacional: 475 (84%); Interno: 13 (2%); Criança e Adolescente: 77 (14%) Indiciados por sexo: 401 mulheres;351 homens |
| Perfil dos acusados | Nacionalidade dos Indiciados: Brasil (591);Espanha (38);Portugal (17); Alemanha (15) Itália (8) Total de inquéritos por Venda ou tráfico de menores:Brasil: 77;Sudeste: 18 Por estado:MG (9);SP (3);RJ (3);ES (3) |
| Perfil dos acusados | Total de indiciamentos por Venda ou tráfico de menores:Brasil: 221;Sudeste: 84 Por estado: MG (37);SP (9);RJ (34);ES (4) |
| Perfil dos acusados | Total de inquéritos por Tráfico Internacional de pessoas: Brasil: 475; Sudeste: 137 Por estado: MG (48); SP (39); RJ (36); ES (14) |
| Perfil dos acusados | Total de indiciamentos por Tráfico Internacional de pessoas:Brasil: 721;Sudeste: 193 Por estado: MG (71) ;SP (59) ;ES (44); RJ (19) Total de inquéritos por Tráfico Interno de pessoas: Brasil: 13;Sudeste: 3 |
| Perfil dos acusados | Por estado: MG (1); SP (3); RJ (0); ES (0) Total de indiciamentos por Tráfico Interno de pessoas: Brasil: 31; Sudeste: 19 Por estado: SP (17); MG (2); RJ (0); ES (0) |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informação |

Fonte: Polícia Federal

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

Das fontes de dados secundários consultadas, a Polícia Federal é a que dispõe de informações de maior período histórico, com quase vinte anos de abrangência, entre 1999 e 2011, o que indica ser, no mínimo, este o período que a instituição trata da temática do Tráfico de Pessoas. São de responsabilidade da Polícia Federal as atribuições executivas relativas a tráficos internacionais de pessoas, bem como de eventos que envolvam mais de um estado da federação, em todo território nacional.

A base de dados a respeito do Tráfico de Pessoas da Polícia Federal possui uma amplitude maior que grande parte das outras instituições descritas. Primeiro, como já demonstrado, por cobrir período maior. Segundo, por tratar do tráfico de forma mais abrangente, sem foco específico apenas em crianças ou mulheres. Por fim, há maior quantidade de informações disponíveis, para além de dados das vítimas, como informações sobre acusados e detalhes acerca da dinâmica do tráfico.

A partir destes dados, é possível observar que as operações realizadas pela PF na temática resultaram em 444 inquéritos instaurados entre 1999 e 2011. Mais de 40% destes concentram-se na região Sudeste, onde São Paulo é o estado mais representativo, com um total de 76 inquéritos instaurados. Desta forma, os inquéritos resultaram em 752 indiciamentos (distribuídos normalmente entre os anos com o máximo em 2005), com 401 mulheres e 351 homens indiciados no total. Do universo de indiciamentos, quase 30% foram relativos especificamente a tráfico de crianças e adolescentes e apenas 4% a tráfico interno de pessoas. O restante se distribui entre indiciamentos de tráfico internacional de pessoas (66%), sendo este o foco das ações da Polícia Federal - ou as ocorrências possuem maior probabilidade de identificar.

Os indiciados são majoritariamente brasileiros (591), apesar de haver também outras nacionalidades presentes na amostra, composta principalmente de espanhóis (38), portugueses (17), alemães (15) e italianos (8).

Por fim, são dispostos dados acerca das sedes das unidades da Polícia Federal responsáveis por cada inquérito. Na região Sudeste, as das cidades de Vitória, Uberlândia e São Paulo foram as que concentraram mais processos, totalizando 113.

A partir das investigações realizadas foi também possível a Polícia Federal identificar rotas internacionais aplicadas ao tráfico de pessoas em uma ou mais ocorrências. Em todas, o Brasil é origem de pessoas traficadas que, por sua vez, são enviadas a diversos países da Europa, como Itália, Suíça, Espanha, Portugal e Alemanha.

De forma geral, os dados disponibilizados pela Polícia Federal eram os que continham maior quantidade de informações, com dados a respeito não apenas da dinâmica do tráfico de pessoas, mas, principalmente, de características dos indiciados, descritos segundo sexo, idade e as características das ocorrências envolvidas. Na tabela acima, foram compilados apenas os dados de maior relevância, e que servissem para ilustrar esta fonte de informações.

A diversidade dos dados da Polícia Federal permite a elaboração de instrumentos de visualização mais informativos. Na figura 4 para além do tamanho absoluto da figura, que representa o total de indiciamentos relacionados a tráfico de pessoas, foi produzido um gráfico demonstrativo da distribuição relativa das modalidades de tráfico identificadas. O Rio de Janeiro, por exemplo, não foi representado com quaisquer indiciamentos por tráfico interno, e apresenta, comparativamente a outros estados da região, proporção bem superior de indiciamento por tráfico de crianças e adolescentes.

O mapa ainda faz notória a sub-representação do tráfico interno dentre os indiciamentos produzidos pela PF, uma vez que foram realizados apenas em São Paulo, dentre todos os estados da região Sudeste, e mesmo neste estado representa minoria, se comparado a indiciamentos por tráfico internacional.

Figura 4. Registros dos indiciamentos por tráfico de pessoas na Polícia Federal



Fonte: Sistema Nacional de Informações Criminais/ Polícia Federal

Figura 5. Registros dos inquéritos por tráfico de pessoas na Polícia Federal



Fonte: Sistema Nacional de Informações Criminais/ Polícia Federal

Inquéritos da PF seguem um comportamento distinto dos indiciamentos, sobretudo porque pode haver mais de um indiciado a cada inquérito. Novamente, para este segundo mapa, observa-se proeminência do tráfico internacional, em detrimento de outras modalidades, nas operações da instituição, especialmente se comparado ao

número de inquéritos de tráfico interno. Este pode ser um indicador de que ocorrências de tráfico de pessoas são majoritariamente internacionais. Mas tal afirmativa é limitada, frente à incapacidade da Polícia Federal, ou de qualquer instituição do poder público, de identificar a quantidade real de delitos desta natureza. Desta forma, as estatísticas apresentadas podem ilustrar bem mais um foco da Polícia Federal no tráfico internacional, ou uma maior facilidade de identificação destes casos, por suas características específicas.

Quadro 8. Base de Dados da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|---|---|
| Organização / Área de atuação | Governamental / Repressão |
| | Polícia Rodoviária Federal Responsável por investigar o tráfico de pessoas nas rodovias federais |
| | 5º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – Mapeamento 2011-2012 |
| | Childhood Brasil |
| | Organização Internacional do Trabalho |
| | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | Unidade de registro: trecho com incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes |
| | Todo o território nacional; 2011 – 2012 Registros de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas federais do país que podem apresentar indícios de tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes em âmbito nacional e internacional. |
| Perfil das vítimas | Sem informações |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração ¹³ , Meios Ilícitos ¹⁴ e Exploração ¹⁵ | Número de pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Total Brasil: (1.776); Crítico: 691; Alto risco: 480; Médio risco: 349; Baixo risco: 256; Total Sudeste: (358); Crítico: 88; Alto risco: 95; Médio risco: 94; Baixo risco: 81 |
| | Número de pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Total por estado: MG (252): Crítico: 57; Alto risco: 67; Médio risco: 67; Baixo risco: 60 RJ (48): Crítico: 6; Alto risco: 9; Médio risco: 17; Baixo risco: 16 ES (34): Crítico: 13; Alto risco: 12; Médio risco: 5; Baixo risco: 4 SP (24) : Crítico: 12; Alto risco: 7; Médio risco: 4 ; Baixo risco: 1 |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) possui ação sobre o tráfico de pessoas limitada às ocorrências em rodovias federais. Como uma atividade que exige trânsito, deslocamento de vítimas de um ponto a outro, é evidente que esta limitação territorial não implica ausência

de objeto para trabalho, mas sim que outras etapas destas ocorrências ocorrem em paralelo às atribuições desta instituição.

Como instituição federal, os dados disponíveis pela PRF são de abrangência nacional, desde o ano de 2000 até a presente data, e tem por foco a exploração sexual de crianças e adolescentes que podem englobar casos de tráfico para fins de exploração sexual. Os casos identificados e registrados pela Polícia Rodoviária Federal podem apontar indícios de tráfico de crianças e adolescentes nas rodovias federais em âmbito nacional e internacional.

A forma de coleta de dados, bem como as informações disponíveis por esta instituição, é incomum, comparativamente a outros órgãos descritos. São enviados diversos questionários a todos os postos que dispõem de policiais rodoviários destacados. Estes, por sua vez, são requisitados a preencher o questionário segundo sua experiência e percepções das áreas onde realizam suas atividades profissionais cotidianas. Uma vez registradas, as respostas dos policiais são todas compiladas, e a partir delas são formados diversos indicadores, aplicados na descrição das distintas regiões cobertas.

Um destes indicadores explicita pontos vulneráveis tais como a exploração sexual de crianças e adolescentes. No Brasil, dos 1.776 territórios avaliados, quase 40% são considerados críticos a este respeito, proporção esta significativamente superior a da região Sudeste, de 25%. Somados, os dois pontos mais altos da escala de gravidade aplicada pela Polícia Rodoviária (“crítico” e “alto risco”) correspondem a 66% das regiões avaliadas no Brasil, comparado a 55% da região Sudeste. Estes dados demonstram o grau de risco de exploração sexual de menores associado a regiões de trânsito rodoviário, no Brasil como um todo, mas também em grau muito significativo na região Sudeste.

Figura 6. Pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes registrados pela Polícia Rodoviária Federal



Fonte: Polícia Rodoviária Federal

O mapa acima indica simultaneamente a quantidade de pontos identificados pela Polícia Rodoviária Federal nos estados do Sudeste e a distribuição da frequência de cada qualificação dos pontos, que variam de “baixo risco” até a classificação de risco máxima denominada de “crítico”.

Por possuírem malhas rodoviárias federais de distintos tamanhos, uma maior frequência de pontos críticos não necessariamente ilustra uma situação de maior proporção de tráfico de pessoas. O gráfico de barras de Minas Gerais, por exemplo, apresenta tamanho bem superior ao de outros estados por possuir também maior número de pontos avaliados. Destes, uma quantidade também superior são de pontos críticos (em vermelho), mas que representam participação relativa (percentual) no total de pontos inferior a dos estados de São Paulo e do Espírito Santo. Nestes últimos, uma quantidade muito pequena de localidades foram qualificadas pelos policiais como de baixo risco, sendo a maior parte dos pontos considerados críticos (São Paulo), e de alto risco (Espírito Santo). Dos estados descritos, Minas Gerais foi o que apresentou uma distribuição relativa de pontos mais uniforme, com quantidades muito semelhantes de pontos críticos, de alto, médio e baixo risco. Segundo estes indicadores da PRF, as rodovias federais do estado do Rio de Janeiro são as de menor densidade de vulnerabilidade, uma vez que a maior parte dos pontos avaliados é de “baixo” ou “médio risco”.

Como instituição federal, os dados disponíveis Ministério do Trabalho e Emprego são de abrangência nacional, desde o ano de 2002 até a presente data, e tem por foco os casos de trabalhadores (adolescentes e adultos) identificados em situação análoga à de escravidão e podem englobar casos de tráfico para fins de exploração laboral rural e urbana. Os casos identificados e registrados pelo setor de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego podem apontar indícios de tráfico de adolescentes e adultos para fins de exploração laboral rural e urbana em âmbito nacional e internacional. A partir do sistema de informação do Ministério, é possível desenvolver investigações sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração laboral rural e urbana em todo o território nacional entre os anos de 2002 a 2011. O banco de dados é abrangente no tipo e quantidade de registros em relação à exploração laboral. É possível verificar o número de municípios com denúncias de trabalho escravo e o número total de denúncias, bem como o número de trabalhadores que foi libertado por idade, dividido entre adultos, adolescentes e crianças, e a listagem dos municípios onde houve trabalhadores libertados. Todas estas informações são passíveis de agregação para o Brasil por regiões ou por estado da Federação.

Foi registrado um total de mais de 37 mil trabalhadores libertos, sem indicar para presença específica de tráfico de pessoas. Destes, cerca de 750 são crianças e adolescentes. Na região Sudeste, Minas Gerais o estado com mais libertos, com aproximadamente 40% dos 5.200 casos da região Sudeste.

Existem ainda registros sobre os municípios com presença de trabalho escravo, que somam, para o Brasil, 1376. Cerca de 10% são da região Sudeste, dos quais Minas Gerais possui maior participação. A lista de municípios onde houve trabalhadores libertos é extensa. A lista de todos os municípios da região Sudeste está transcrita na tabela anterior e inclui cidades de todos os portes, desde capitais, como o Rio de Janeiro, até Bonfinópolis de Minas, com pouco menos de 6 mil habitantes (IBGE/ 2010).

Por fim, é também passível de coleta o número de denúncias de trabalho escravo (não necessariamente associadas a tráfico de pessoas) para cada estado da federação. Novamente, Minas Gerais apresenta maior frequência absoluta, com 85 do total de 117 no Sudeste.

Quadro 9. Base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego/SIT

| | |
|--|--|
| Organização /Área de atuação | Não Governamental / Responsabilização |
| | Ministério do Trabalho e Emprego - MTE |
| | Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT |
| | Departamento de Fiscalização do Trabalho - DEFIT |
| | Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - DETRAE |
| Cobertura: espacial e temporal/Modalidade | Unidade de registro: denúncia - trabalhador libertado Todo o território nacional |
| | 2002 - 2011 Registros de casos de trabalho escravo de adolescentes e adultos que podem indicar indícios de tráfico para fins de exploração laboral rural e urbana de adolescentes e adultos |
| Perfil das vítimas | Sem informações |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Número de municípios com denúncias de trabalho escravo: Total Brasil: (1376); Total Sudeste: (137): MG: (70); SP: (30); ES: (19); RJ: (18) Número de denúncias de trabalho escravo: Total Brasil: (2145); Total Sudeste: (117): MG: (85); SP: (37); ES: (21); RJ: (35) Número de trabalhadores libertados por idade Total Brasil (37.284): Adultos (36.538); Adolescentes/crianças(745) Total Sudeste (5.242): Total MG (2249); Total RJ (1301); Total ES (990); Total SP (702); Municípios onde as vítimas foram libertadas Municípios de MG (51): Araguari, Bonfinópolis de Minas, Brumadinho, Buritis, Buritizeiro, Campos Gerais, Cambuí, Capinópolis, Canápolis, Cássia, Carmo do Rio Claro, Santa Luzia, Chiador, Claudio, Córrego Danta, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Delta, Estiva, Frutal, Guaranésia, Iturama, Jequitinhonha, João Pinheiro, Juiz de Fora, Juvenília, Limeira do Oeste, Luz, Machado, Manga, Nova Bélem, Oliveira, Paracatu, Paraguaçu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul, Pintópolis, Pocrane, Santa Fé de Minas, São Gotardo, São João do Manhuaçu, São Romão, Simonésia, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, Três Pontas, Uberaba, Uberlândia, Unai. Municípios de SP (27): Americana, Araraquara, Arealva, Barueri, Bom Retiro, Charqueada, Engenheiro Coelho, Garça, Icém, Igarapava, Ituverava, Laranja Paulista, Mogi-Guaçu, Moji-Mirim, Monte Aprazível, Nova Campinas, Pratânia, Monte Mor, Orindiúva, Pederneiras, Piracicaba, Pirajuí, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos, São Paulo, Sertãozinho Municípios do ES: (11): Alegre, Brejetuba, Conceição da Barra, Jaguaré, Linhares, Marechal Floriano, Pancas, Pedro Canário, São Gabriel de Palha, São Mateus e Vila Velha Municípios do RJ: (10): Araúma, Bom Jardim, Campos dos Goytacazes, Paracambi, Rio de Janeiro, São Francisco Itabapoana, Duas Barras, Santo Antônio de Pádua, Bom Jardim |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

Figura 7. Números de trabalhadores libertados pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

O mapa ilustra as frequências absolutas de trabalhadores libertos registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para cada estado da região Sudeste. Ícones maiores representam mais trabalhadores.

Quadro 10. Base de dados do Ministério Público Federal

| | |
|--|---|
| Organização /Área de atuação | Governamental / Responsabilização Ministério Público Federal (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) Unidade de registro: processo judicial |
| Cobertura: espacial e temporal / | Todo o território nacional 2002 a 2011 |
| Modalidade | Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral (urbana e rural) e remoção de órgãos |
| Perfil das vítimas | Sem informações |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Número de condenações por tráfico de pessoas: Total Brasil: (211) Total por ano: 2002 (15); 2003 (24); 2004 (31); 2005 (37); 2006 (38); 2007 (38) ;2008 (28) Total Sudeste: (74) Total por estado: SP (29); MG (28); RJ (17); ES (S.I.) |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Número de ações penais públicas por tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: Total Brasil: (177) Total Sudeste: (34) Total por estado: SP (13); MG (12); RJ (12); ES (2) |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Número de ações penais públicas por tráfico de pessoas fins de exploração laboral: Total Brasil: (2722); Total Sudeste: (290); Total por estado: SP (121); MG (112); RJ (50); ES (7) |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Número de ações penais públicas por tráfico de pessoas para remoção de órgãos Total Brasil: (12) Total Sudeste: (9) Total por estado: SP (5); MG (4); RJ (0); ES (0.) |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão foi criada para exercer a função do Ministério Público Federal de “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.”⁴⁸

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, disponibiliza dados de todo território nacional sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral e remoção de órgãos. Esses dados variam de 2002 a 2008 e, assim como outras bases, suas informações se restringem à dinâmica do tráfico. Por meio dos dados do MPF é possível analisar o número de condenações por tráfico de pessoas no país, por região e por estado ao longo do período.

O número de ações penais públicas por tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, assim como o número de condenações por tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e remoção de órgãos são passíveis de serem analisadas pelo total do Brasil, Sudeste e por estado. A maior defasagem do banco de dados está em não conter informações sobre a vítima, o acusado e a dinâmica do tráfico de pessoas. Além disso, não possui dados sobre o estado do Espírito Santo. Seria interessante que os dados disponíveis fossem atualizados até o ano de 2012 e que todas as informações fossem disponíveis por ano.

Como demonstra a figura, independente do estado, mais de 75% das ações penais públicas conduzidas pelo Ministério Público Federal a respeito do Tráfico de Pessoas estão associadas à exploração laboral. O restante se divide entre ações relativas à exploração laboral (cerca de 10 em cada estado, a exceção do Espírito Santo), e à remoção de órgãos, casos estes bem mais raros. São Paulo e Minas Gerais são os estados com maior quantidade de ações penais conduzidas nesta temática pelo Ministério Público Federal.

Aquém do Espírito Santo, para o qual o Ministério Público Federal não dispõe de registros, todos os outros estados da região Sudeste registram entre 17 (no Rio de Janeiro) e 29 (em São Paulo) condenações por tráfico de pessoas entre 2002 e 2011.

48 Retirado de <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/institucional/a-procuradoria-federal/apresentacao-1>

Figura 8 Números de Ações Penais por Tráfico de Pessoas - Ministério Público Federal



Fonte: Ministério Público Federal

Figura 9 Números de Condenações por Tráfico de Pessoas - Ministério Público Federal



Fonte: Ministério Público Federal

Quadro 11. Base de dados da Polícia Civil

| | |
|--|---|
| Organização / Área de atuação | <p>Governamental / Repressão</p> <p>1º Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Liberdade Pessoal da Divisão de Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil do Estado de São Paulo</p> |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | <p>Unidade de registro: inquérito e indiciamento</p> <p>Município de São Paulo</p> <p>1999 a 03/2008</p> <p>Tráfico de Pessoas para fins de exploração laboral urbana e para fins de exploração sexual</p> <p>18 Inquéritos policiais por auto de prisão em flagrante delito encaminhados à justiça.</p> <p>Total de 233 vítimas</p> <p>12 Inquéritos de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral</p> <p>6 Inquéritos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual</p> <p>90 vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual</p> |
| Perfil das vítimas (exploração sexual) | <p>Todas as vítimas são mulheres (adultas e adolescentes).</p> <p>Idade: varia entre 17 e 37anos.</p> <p>Região de origem das vítimas: Sudeste: (54); Nordeste: (28); Centro-Oeste: (6); Norte: (3); Sul: (3)</p> |
| Perfil das vítimas (exploração laboral) | <p>143 vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral 93 homens e 50 mulheres.</p> <p>Idade: sem informação.</p> <p>País de origem das vítimas: Bolívia (67); Paraguai (76)</p> |
| Perfil dos acusados | <p>23 pessoas indiciadas por tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, 9 homens e 14 mulheres</p> <p>14 pessoas indiciadas por tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, todos homens.</p> <p>9 bolivianos, 4 coreanos e 1 paraguaio.</p> |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | <p>O valor cobrado pelos programas sexuais varia de R\$30,00 a R\$100,00 pelo período de 30 minutos.</p> <p>Valores cobrados das vítimas de exploração sexual diária de alojamento (moradia): R\$10,00</p> <p>Diária para alimentação: R\$5,00</p> <p>Utilização do telefone (por minuto):R\$2,00</p> <p>O valor pago por peça confeccionada varia de R\$0,80 a R\$3,00</p> |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | <p>Do valor pago por peça dois terços ficam com o dono da oficina como desconto referente a manutenção do alojamento e da alimentação.</p> <p>O trabalhador recebe apenas 1/3 do valor pago por cada peça.</p> <p>As peças feitas eram vendidas nas lojas por R\$49,90 e R\$69,90.</p> <p>Regime de trabalho varia de 10 a 15 horas diárias.</p> |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

O banco de dados da 1ª Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Liberdade Pessoal de São Paulo é o mais completo entre os demonstrados nesta pesquisa. Os dados são referentes apenas ao município de São Paulo, estão disponíveis entre os anos de 1999 a março de 2008 e se trata de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e laboral urbana. Ao todo a delegacia instaurou 18 Inquéritos policiais por auto de prisão em flagrante delito encaminhados à justiça, totalizando em 223 vítimas, 12 inquéritos de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral e 6 inquéritos para fins de exploração sexual.

Há diferenças entre as vítimas de exploração sexual e laboral. No primeiro caso, todas são mulheres, jovens e se originam de outras unidades da Federação. No entanto, entre as vítimas de exploração laboral, a maioria é composta por homens, originários de Bolívia e Paraguai, mas não há informações sobre a idade. A partir dos inquéritos sobre o tráfico de pessoas também é possível a análise do perfil dos acusados: entre os indiciados por tráfico de pessoas para fins de exploração sexual as mulheres eram a maioria; e entre os indiciados por tráfico de pessoa para fins de exploração laboral, todos eram homens estrangeiros.

Além dessas informações, também estão disponíveis dados sobre a dinâmica do tráfico, ou seja, o processo de migração, os meios ilícitos e a exploração. Pode-se verificar que as vítimas tinham que pagar grandes valores para moradia e alimentação em relação aos valores que eram ganhos pelo seu trabalho.

Quadro 12. Base de dados da Matriz Inter-setorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

| | |
|--|--|
| | <p>Governamental / Atendimento</p> <p>Matriz Inter-setorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</p> <p>Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p> <p>Organizadoras: Maria Lúcia P. Leal; Maria de Fátima P. Leal; Maria Auxiliadora César</p> <p>Violes/SER/UnB</p> <p>Unidade de registro: denúncias do Disque 100</p> <p>Ano de publicação: 2011</p> |
| Organização / Área de atuação | |
| Cobertura espacial e temporal / Modalidade | <p>Todo o território nacional /2004 a 2010</p> <p>Número de registros de Exploração Sexual (prostituição, pornografia, <u>tráfico para fins sexuais</u> e turismo sexual) de Crianças e Adolescentes</p> <p>Cruzamento de dados: da PRF, CPMI, Pestráf e Disque 100</p> |
| Perfil das vítimas | Sem informações |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | <p>Total de municípios com registro de Exploração Sexual no período – 2005 a 2010: 2.930 municípios. Municípios faixas de fronteira: 173; Municípios linha de fronteira: 46; Cidades gêmeas: 18; Cidades sede da Copa de 2014: 12</p> <p>Total de registros de Exploração Sexual: Brasil: 27.644; Sudeste: 3.743; Por estados: RJ: (1616); SP: (964); MG: (706); ES: (457)</p> <p>Municípios com maiores registros de Exploração Sexual por estado:</p> <p>RJ: Rio de Janeiro (888); Duque de Caxias (140); Nova Iguaçu (131); São Gonçalo (106); Campos dos Goytacazes (59); Niterói (54); Magé (53).</p> <p>SP: São Paulo (685); Guarulhos (71); Campinas (62); Sorocaba (48); Osasco (56); São José dos Campos (42).</p> <p>MG: Belo Horizonte (263); Uberlândia (79); Juiz de Fora (74); Montes Claros (73); Governador Valadares (48); Uberaba (42); Ipatinga (41); Sete Lagoas (40).</p> <p>ES: Vila Velha (119); Cariacica (115); Vitória (83); Serra (82); Cachoeira do Itapemirim (58); Guarapari (38).</p> |

Fonte: Secretaria dos Direitos Humanos

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

A Matriz disponível para essa pesquisa foi publicada no ano de 2011 e possui dados de 2004 a 2010. Nela constam registros de exploração sexual apenas de crianças e adolescentes, agregando inúmeros crimes de maneira indistinta, tais como: prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais e turismo sexual. De 2005 a 2010, foram computados registros de exploração sexual em 2.930 municípios brasileiros. É possível analisar a distribuição por região e por estado. A análise da Matriz ficaria mais abrangente e complexa se houvesse dados do perfil dos acusados e, principalmente, sobre a dinâmica do tráfico. Isso permitiria análises espaciais comparativas entre os estados, discriminando as diversas modalidades de migração, coerção e exploração.

Figura 10. Números de registros de exploração sexual de crianças e adolescentes – Matriz Intersetorial



Fonte: Ministério Público Federal

A Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes compila dados do Disque 100 e da Polícia Rodoviária Federal em uma única fonte de registros de exploração sexual nacional. É um total de 3743 registros na região Sudeste, dos quais a maior parte (1616) se concentra no estado do Rio de Janeiro. Este dado é contraditório com coletados junto às fontes da Matriz. Nos dados do Disque 100, apenas o Espírito Santo apresenta número de denúncias inferior ao carioca, sendo São Paulo e Minas os estados com maior incidência. Os registros da PRF apontam que o Rio de Janeiro é o estado com menor proporção de pontos críticos à exploração sexual nas rodovias federais.

Quadro 13. Base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CREAS)

| | |
|--|--|
| Organização / Área de atuação | <p>Governamental / Atendimento</p> <p>Censo SUAS/CREAS</p> <p>(Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)</p> <p>Unidade de registro: atendimento</p> <p>Ano de publicação: 2011</p> |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | <p>Segundo o Censo SUAS/2009 existiam 1.200 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) presentes em 1.099 municípios em todos os 26 estados e no Distrito Federal.</p> <p>2009</p> <p>Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual</p> |
| Perfil das vítimas | <p>Número de atendimentos de adultos em situação de tráfico para fins de exploração sexual no país: 256</p> <p>Número de atendimentos de crianças e adolescentes em situação de tráfico para fins de exploração sexual no país: 351</p> |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | <p>Não há informação dos atendimentos relativos ao tráfico de pessoas por estado ou por região do país.</p> <p>Total de municípios com CREAS no Sudeste: 293</p> <p>Total de CREAS no Sudeste: 335</p> <p>Total de CREAS por estado: MG: (124); SP: (113); RJ: (55); ES: (43)v</p> |

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

O Censo SUAS/CREAS foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e monitorar os serviços e atendimentos socioassistenciais.

O documento utilizado nessa pesquisa relata os dados coletados em 2009 sobre os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo ele uma unidade pública municipal que oferece atendimento a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social. Essa coleta de dados contínua é importante para a identificação de grupos em situação de vulnerabilidade, ou situações críticas em insumos, processos ou resultados de uma determinada ação.

Os dados apresentados se referem a 1.200 CREAS presentes em 1.099 municípios em todos os Estados mais o Distrito Federal. No Sudeste, há 293 municípios com CREAS, distribuídos pelos quatro estados da região. São Paulo e Minas Gerais são os estados que mais possuem CREAS na região.

Em relação ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, as informações coletadas são apenas sobre o perfil das vítimas. De uma forma geral, em todos os CREAS houve 256 registros de atendimentos de pessoas em situação de tráfico para fins de exploração sexual e 351 atendimentos de crianças e adolescentes em situação de tráfico para fins de exploração sexual.

Deve-se destacar que essas informações sobre os atendimentos não podem ser desagregadas por região, estado ou município do país; as análises foram realizadas de forma agregada para todos os CREAS. Além disso, o banco não possui informações sobre o perfil dos acusados e a dinâmica do tráfico, como o processo de migração, os meios de coerção e o processo de exploração.

Quadro 14. Base de dados do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/São Paulo

| | |
|--|---|
| | Governamental / Atendimento |
| Organização / Área de atuação | Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante – Guarulhos (Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Guarulhos) Unidade de registro: atendimento Ano de divulgação: 2011 |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | Aeroporto Internacional de São Paulo 2011 Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral e remoção de órgãos |
| Perfil das vítimas | Total de atendimentos de possíveis vítimas de tráfico de pessoas: 20 Modalidade: exploração sexual: 14; exploração laboral: 5; remoção de órgãos: 1 Sexo: Mulheres: 8; Transgêneros: 7 e homens: 5 Idade: adultos: 17; Adolescentes: 3 Raça: Parda: 10; Branca: 8; Preta: 2 Naturalidade: RJ: (1); SP: (1); MG: (1); ES: (1) Nacionalidade: Brasil (17); Bolívia (2) e Peru (1) |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informações |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

Foram atendidas 20 possíveis vítimas de tráfico de pessoas, das quais 14 (70%) foram identificadas para fins de exploração sexual. O restante se distribuiu entre exploração laboral (5 ocorrências) e 1 caso de remoção de órgãos. Considerando o sexo das vítimas, no total são 8 mulheres, 7 transgêneros (categoria específica a esta fonte de dados) e 5 homens, corroborando que as vítimas de exploração sexual, o tipo de tráfico de pessoas mais identificado, são, no geral, mulheres e transgêneros. Das 20 vítimas, 17 são adultos

e 3 adolescentes, que também correspondem a uma faixa de idade maior. Relativo à raça, a maior parte é parda (10 deles), em frequência semelhante aos brancos (8 vítimas) e, em quantidade bem inferior, pretos (2). Os dados sobre a nacionalidade das vítimas indicam que o Centro trata indivíduos de qualquer nacionalidade, apesar de serem os brasileiros seu principal público de pessoas potencialmente traficadas, com 85% das ocorrências. O restante se distribui entre bolivianos, com 2 registros, e peruanos, com 1 registro. Todos os atendidos com suspeita de tráfico de pessoas são latino-americanos.

Quadro 15. Base de dados do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/ Rio de Janeiro

| | |
|--|--|
| | <p>Governamental / Atendimento</p> <p>O Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM - Tom Jobim)</p> <p>Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM - Rio)</p> <p>Unidade de registro: atendimento</p> <p>Ano de divulgação: 2012</p> |
| Organização / Área de atuação | |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | <p>Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim</p> <p>2010 a 2011</p> <p>Tráfico internacional de pessoas</p> |
| Perfil das vítimas | <p>Total de atendimentos de possíveis vítimas de tráfico de pessoas em 2010: 0</p> <p>Total de atendimentos de possíveis vítimas de tráfico de pessoas em 2011: 12</p> |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informações |

Fonte: Guarda Municipal do Rio de Janeiro

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

O Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim é uma instituição com características análogas a sua versão em São Paulo. Trata-se de um aparato institucional voltado ao atendimento de migrantes deportados e não admitidos que regressam ao Brasil via aeroporto internacional. Apesar das semelhanças, a forma de disposição dos dados deste posto se faz de forma significativamente distinta, sobretudo no que se refere ao tráfico de pessoas. Não é possível, a partir do relatório disponibilizado pela instituição, distinguir características dos atendidos com indícios de tráfico de pessoas de dados de outros migrantes. São descritas informações de sexo, país de origem, grau de instrução, status migratório, idade e orientação de gênero, mas todas agregadas, de modo que não é possível distinguir estes mesmos dados para as 12 possíveis vítimas em 2012.

Quadro 16. Base de dados do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas /São Paulo

| | |
|--|---|
| Organização / Área de atuação | Governamental / Atendimento Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo (Secretaria Estadual) Unidade de registro: atendimento Relatório: Ação Ano de divulgação: 2011 |
| Cobertura: espacial e temporal /Modalidade | Estado de São Paulo 2009 a 2012 Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral e remoção de órgãos Número total de atendimentos no período:302 Por modalidade de tráfico: Exploração Laboral:156; 2009:13; 2010:50; 2011: 60; 2012:33 Exploração sexual:145; 2009:8; 2010:16; 2011:119; 2012:2 Remoção de órgãos:1; 2009:0; 2010:1; 2011:0; 2012:0 |
| Perfil das vítimas | Idade das vítimas: 0 a 11 anos: 18; 12 a 17 anos: 11; 18 a 59 anos: 271; Identidade de gênero: Travesti / Transexual:115; Masculino: 93;Feminino: 87 |
| Perfil dos acusados | Sem informações |
| Dinâmica | Sem informações |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informações |

Fonte: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas /São Paulo

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

Foram atendidas 302 possíveis vítimas de tráfico de pessoas no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) do Estado de São Paulo, das quais 156 (52%) foram identificadas para fins de exploração laboral e 145 (48%) para fins de exploração sexual. Há apenas um caso de tráfico para remoção de órgãos. Considerando a identidade de gênero das vítimas, a maioria são transgêneros (115), seguidos pelas pessoas do sexo masculino (93) e pelas pessoas do sexo feminino (87). Quanto à idade das vítimas atendidas, 90% são adultos (271), 6% são crianças e 4% são adolescentes.

Quadro 17. Base de dados do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas /Rio de Janeiro

| | |
|--|--|
| Organização / Área de atuação | Governamental / Atendimento |
| | Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria Estadual) |
| | Unidade de registro: atendimento |
| | Ano de divulgação: 2011 |
| Cobertura: espacial e temporal /Modalidade | Estado do Rio de Janeiro |
| | 2011 |
| Perfil das vítimas | Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral e remoção de órgãos |
| | Número total de atendimentos em 2011:12 |
| | Por modalidade de tráfico: Exploração Laboral:6; Exploração sexual:4; Remoção de órgãos:0; Sem informação: 2 |
| | Idade das vítimas: 12 a 17 anos: 4; 18 a 59 anos: 8 |
| Perfil dos acusados | Identidade de gênero: Sem informação |
| | Sem informação |
| Dinâmica do tráfico: processo de Migração*, Meios Ilícitos** e Exploração*** | Sem informação |

*As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

**As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

***As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras

Foram atendidas 12 possíveis vítimas de tráfico de pessoas no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) do Estado do Rio de Janeiro, das quais 6 (50%) foram identificadas para fins de exploração laboral e 4 (33%) para fins de exploração sexual. Não houve casos de tráfico para remoção de órgãos. Considerando a idade das vítimas atendidas, 67% são adultos (8) e 33% são adolescentes.

3.3. CONCLUSÃO

A epígrafe deste capítulo é a síntese das evidências produzidas nesta seção.

O levantamento, revisão e crítica de uma série de organizações que produzem informações sobre tráfico de pessoas no Brasil mostram um número considerável de informações à disposição. Contudo, a heterogeneidade das classificações das informações, a inexistência de um marco legal nacional sobre os critérios de preenchimento e organização dos dados, as informações não geradas com finalidade de monitoramento e avaliação e produzidas segundo a lógica interna de cada organização, impossibilitam a construção de diagnósticos robustos e a identificação de padrões temporais e espaciais do tráfico de pessoas em nível local, estadual e nacional.

As informações dos inquéritos policiais das bases de dados da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil, indicam a tendência do crime de tráfico,

sobretudo quando cobrem um período relativamente longo, conseguindo detectar a evolução e os movimentos do fenômeno durante determinado período. Além disso, trazem informações relevantes sobre o perfil das vítimas e dos acusados e da dinâmica do tráfico de pessoas (rotas, meios de coerção e de exploração).

A base de dados do Ministério Público Federal agrega informações cruciais sobre os criminosos (aliciadores, recrutadores e traficantes), indicando a tendência das condenações além de informar sobre a dinâmica da exploração e do processo de migração.

As informações da base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam a evolução temporal e a incidência espacial dos crimes de trabalho em condições análogas a escravo no Brasil. São informações riquíssimas que permitem analisar os fluxos entre estados e cidades e dentro de cada estado do Brasil.

A base de dados dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas agrega informações riquíssimas diretamente das vítimas e possíveis vítimas de tráfico. Os sistemas de informação da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, os CREAS e os serviços de saúde também capturam informações diretamente com as vítimas e podem complementar as informações coletadas e sistematizadas pelos Postos e Núcleos.

Todas as bases de dados das organizações pesquisadas produzem um número considerável de informações sobre o tráfico de pessoas em nível local, estadual e nacional. Essas informações ajudam a compreender o perfil das vítimas, as situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, o perfil dos aliciadores, recrutadores e traficantes e os processos de migração, coerção e exploração. Entretanto as bases de dados são isoladas e estanques. Ainda não é possível integrá-las a um sistema de informações de nível estadual ou nacional. Não é possível responder, empiricamente, às indagações mais simples e elementares acerca do volume, da magnitude e da variação temporal e espacial do tráfico de pessoas nas capitais, nos estados e nas regiões do Brasil.

É evidente que ainda não foi explorado por completo o potencial de coleta de informações de cada uma das fontes. Neste aspecto, resta a questão de se saber o que perguntar, o que e como registrar. A resposta consiste na criação de uma fonte única de dados, nas quais uma mesma ocorrência de tráfico de pessoas tenha características registradas por diversas instituições, e que estas sejam automaticamente compiladas em um instrumento de fácil consulta. Cada órgão alimentaria a base com as informações que lhe são competentes, mas todos em uma mesma base de dados e com acesso a todas as informações. Desta forma, novas intervenções seriam mais facilmente avaliadas, atendimentos já dispõem de informações sobre as vítimas, e até dados mais complexos, como reincidência na vitimização - ou na realização de tráfico de pessoas -, seriam passíveis de cálculo e monitoramento, fundamental para inovações e o aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento ao problema.

O compartilhamento de informações é uma prática fundamental para o aprimoramento das políticas públicas. As tecnologias computacionais disponíveis recentemente foram críticas para a capacidade de armazenamento, compartilhamento

e uso prático das informações. Elas permitem trocas entre distintas organizações como justiça, ministério público, agências policiais em nível federal e estadual, saúde, assistência social, serviços de atendimento às vítimas de tráfico municipais e estaduais. Uma base de dados nacional sobre tráfico de pessoas com compartilhamento de informações é uma visão ambiciosa que precisa alcançar múltiplas abordagens e todos os níveis de governo e suas ramificações dentro da estrutura organizacional.

A partir das experiências das bases de dados internacionais e nacionais sobre tráfico de pessoas, da análise das suas contribuições e fragilidades, recomendamos, antes como uma proposta inicial do que uma lista conclusiva, um conjunto mínimo de variáveis para serem coletadas sobre o tráfico de pessoas pelas organizações responsáveis pelas políticas de enfrentamento no Brasil.

Quadro 18. Proposição de um conjunto mínimo de variáveis sobre tráfico de pessoas

| | |
|---|--|
| | XXX/XXX |
| Organização / Área de atuação | Unidade de registro: xxx |
| | Ano de divulgação: 2013 Nacional |
| Cobertura: espacial e temporal / Modalidade | 2000-2012 Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, para exploração laboral (rural e urbana); remoção de órgãos e outras modalidades (casamento servil, adoção, prática de crimes, etc...) |
| Perfil das vítimas | Número do caso, Nome, Data de registro do caso, Sexo, Data de nascimento ou Idade, Nacionalidade, País de residência, estado/cidade de origem, Status marital, Número de filhos, Escolaridade, Renda familiar, Razões para a migração, Idade no recrutamento, Relação da vítima com o aliciador/ recrutador/traficante, Status legal no país de destino, País/cidade/data de início e término do atendimento, tipo de assistência recebida, encaminhamento para outros serviços. |
| Perfil dos acusados | Número do caso, Nome, Data de registro do caso, Sexo, Data de nascimento ou Idade, Nacionalidade, País de residência, estado/cidade de origem, Escolaridade, Renda familiar, Função na "indústria" do tráfico |
| Processo de Migração* | Meios de recrutamento, meios de transporte, rotas de viagem, fronteiras atravessadas (estaduais, nacionais), uso de documentos, formas de coerção durante o transporte/viagem |
| Dinâmica dos Meios Ilícitos** | Formas de coerção, abuso e violência segundo setor econômico, segundo as modalidades de tráfico e segundo os processos de Migração e de Exploração. Corrupção de funcionários públicos: |
| | Polícia, Fiscais do setor de Trabalho, Assistência Social, Saúde, Serviços de migração, etc..... |
| Processo de Exploração*** | Tipo de exploração: segundo setor econômico, segundo o modus operandi: formas de exploração: na atividade, na moradia, na alimentação, no acesso a serviços e bens; periodicidade: semanal/mensal data de início e término da exploração, meios de fuga/saída da exploração. Número de vítimas envolvidas. |

* As diferentes fases do processo de migração: recrutamento, transporte, transferência, alojamento, acolhimento e rotas.

** As diferentes formas de meios ilícitos: ameaça, uso da força, outras formas de coerção, rapto, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, abuso de situação de vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra, em alguma fase do processo de migração.

*** As diferentes modalidades de exploração: exploração da prostituição, outras formas de exploração sexual, trabalho escravo, servidão por dívida, remoção de órgãos e tecidos humanos, adoção ilegal entre outras.

4. A AÇÃO EM REDE NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

4.1. OS DIFERENTES RITMOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO SUDESTE

O levantamento feito junto à rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais dos estados do Sudeste, o trabalho de campo e a análise dos resultados, possibilitaram a identificação de estágios distintos das políticas públicas de enfrentamento do tráfico de pessoas entre os estados. O marco legal e institucional das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas apresenta ritmos distintos entre as unidades do Sudeste. Ou seja, as evidências produzidas pela pesquisa revelam que cada estado apresenta um desenvolvimento próprio da sua política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Desta forma, optamos por apresentar um Diagrama “real” do marco legal e institucional de cada estado no lugar de um modelo “ideal”. O diagrama 1, apresentado a seguir, revela que o marco legal e institucional das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas no estado de São Paulo está mais avançado quando comparamos aos demais estados do Sudeste.

A comparação dos níveis de articulação e integração da rede de instituições responsáveis pelo enfrentamento (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização) ao tráfico de pessoas nas capitais dos estados do Sudeste é relevante, pois cada capital da região constitui um exemplo particular do movimento de nacionalização das diretrizes e normativas do PNETP, ainda que em ritmos diferenciados, sujeitos a retrocessos. Além disso, a comparação macro e a análise em nível local não estão em oposição, pelo contrário, são complementares.

A contextualização do marco legal e institucional da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste é feita neste capítulo onde são apresentados os diferentes estágios da política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas em cada capital. A análise do marco legal e institucional da rede em nível local baliza e explica os resultados da análise comparativa entre as capitais; por exemplo, em relação aos níveis de articulação da rede e de implementação das bases de dados.

A análise comparativa nos auxilia a situar a experiência da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Sudeste e é ilustrativa das variações do PNETP segundo os contextos locais e estaduais, contribuindo para a reflexão da resposta institucional em cada estado do país sobre o problema público do tráfico de pessoas.

O estado de São Paulo conta com: um (1) Comitê Interinstitucional Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; doze (12) Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; um (1) Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, um (1) Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, além do Decreto nº 54.101, 12/3/2009 de São Paulo, que institui o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PEPETP) e a Portaria DGP – 20, de

29/4/2005, que institui a investigação do tráfico interno de pessoas na cidade de São Paulo pela 1ª Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Liberdade Pessoal da Divisão de Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O estado do Rio de Janeiro conta com: um (1) Comitê Interinstitucional Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; um (1) Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e um (1) Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante.

O estado de Minas Gerais conta com o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, criado em dezembro de 2011, e prevê a criação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas até dezembro de 2012, e um Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante até dezembro de 2013.

O estado do Espírito Santo ainda não conta com nenhuma estrutura legal e organizacional específica voltada para o enfrentamento ao tráfico de pessoas até o presente momento.

As setas do modelo indicam sentido e direção das linhas de influência e autoridade em relação aos processos de tomada de decisão dentro do sistema institucional de implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No ápice do modelo, temos o nível dos valores dos pressupostos cognitivos gerais, ou seja, antes de tudo, a recente legislação internacional e nacional têm sentido de existir porque se acredita que ela pode trazer melhorias para a vida do público ao qual é destinada. É uma crença na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tanto a legislação internacional quanto a legislação nacional baseiam-se nas diretrizes centrais da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que todos os seres humanos têm igual direito à liberdade e à equidade. Passando do nível das crenças e das leis internacionais e nacionais sobre o tráfico de pessoas, chegamos ao nível da estrutura institucional que faz parte dos esforços federais, estaduais e municipais de levar adiante tais ideais para torná-los realidade palpável. Vemos que diversos níveis organizacionais são atravessados até se atingir a realidade do público-alvo que se tem por objetivo transformar.

No plano federal, a Secretaria Nacional de Justiça/Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres são responsáveis pela elaboração e coordenação da Política e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No âmbito estadual, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por atribuição legal gerenciar e executar a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ao passo que o Comitê Estadual e os Comitês Regionais são câmaras de apoio institucional e monitoramento da execução das políticas públicas. Finalmente, o Posto Avançado de Atendimento Humanizado atua no atendimento, encaminhamento e acompanhamento das vítimas de tráfico de pessoas e das potenciais vítimas com direitos violados.

Diagrama 1 - Marco legal e institucional das políticas públicas focadas no tráfico de pessoas: São Paulo

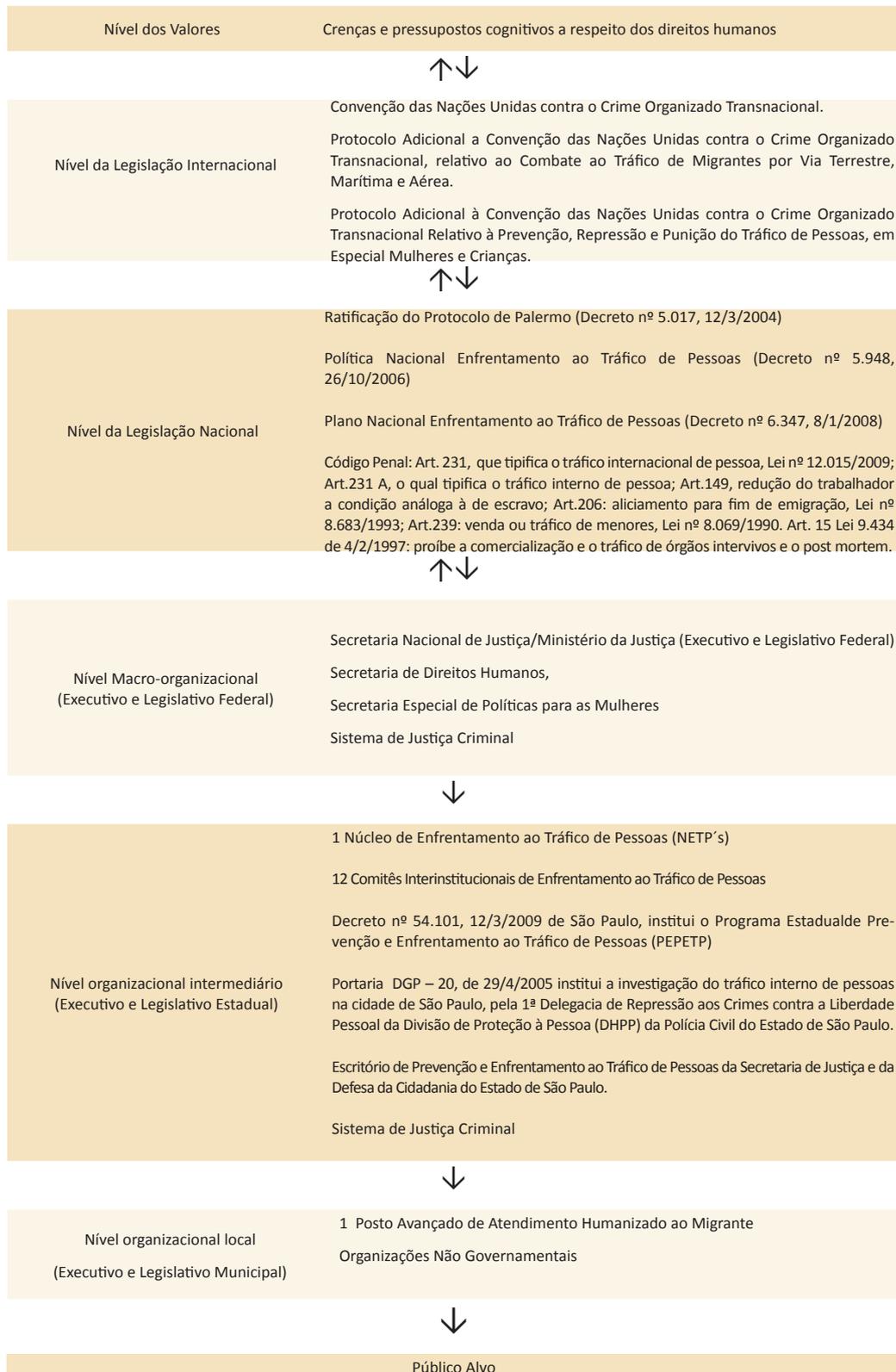


Diagrama 2 - Marco legal e institucional das políticas públicas focadas no tráfico de pessoas: Rio de Janeiro



Diagrama 3 - Marco legal e institucional das políticas públicas focadas no tráfico de pessoas: Minas Gerais

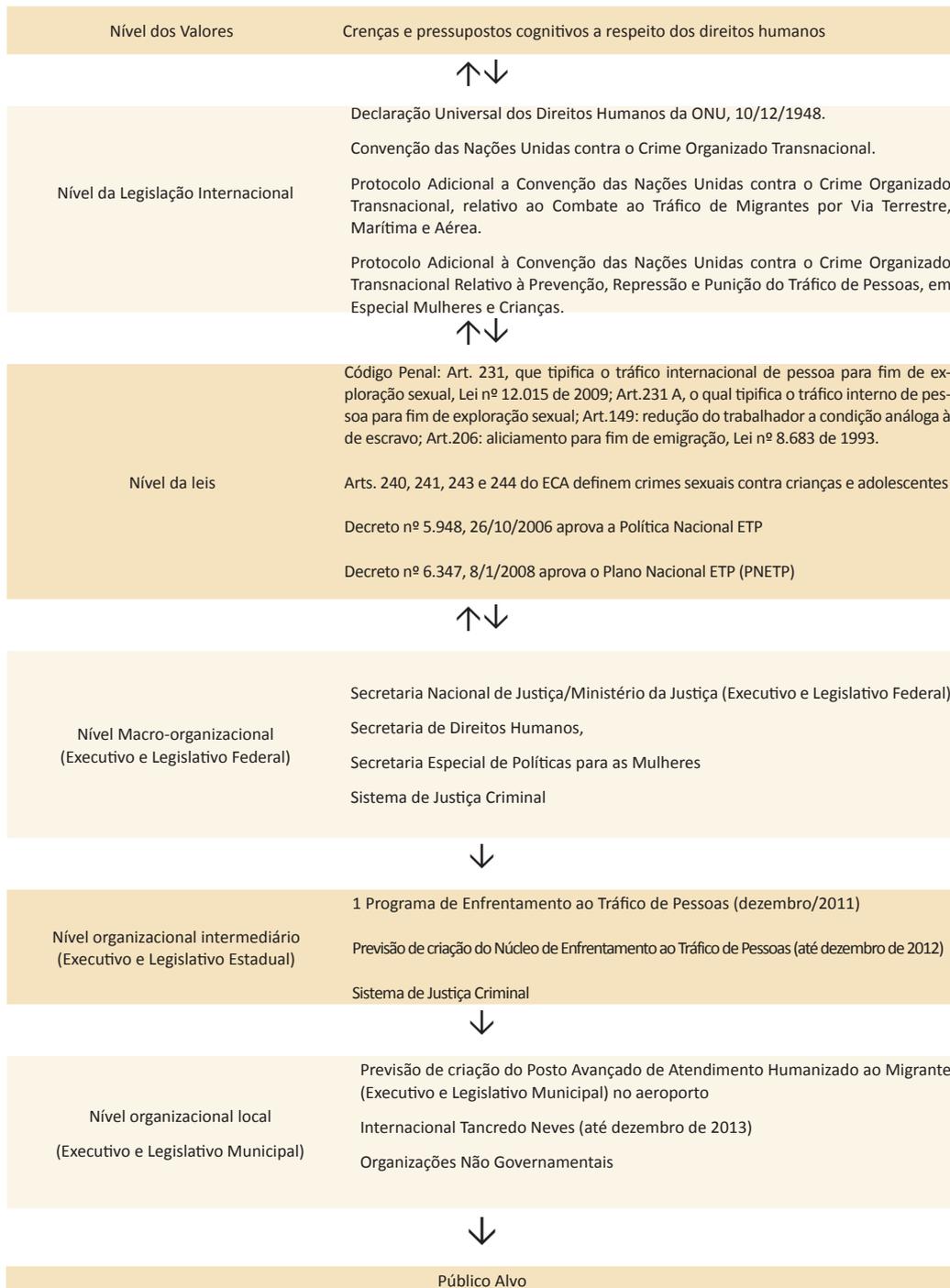
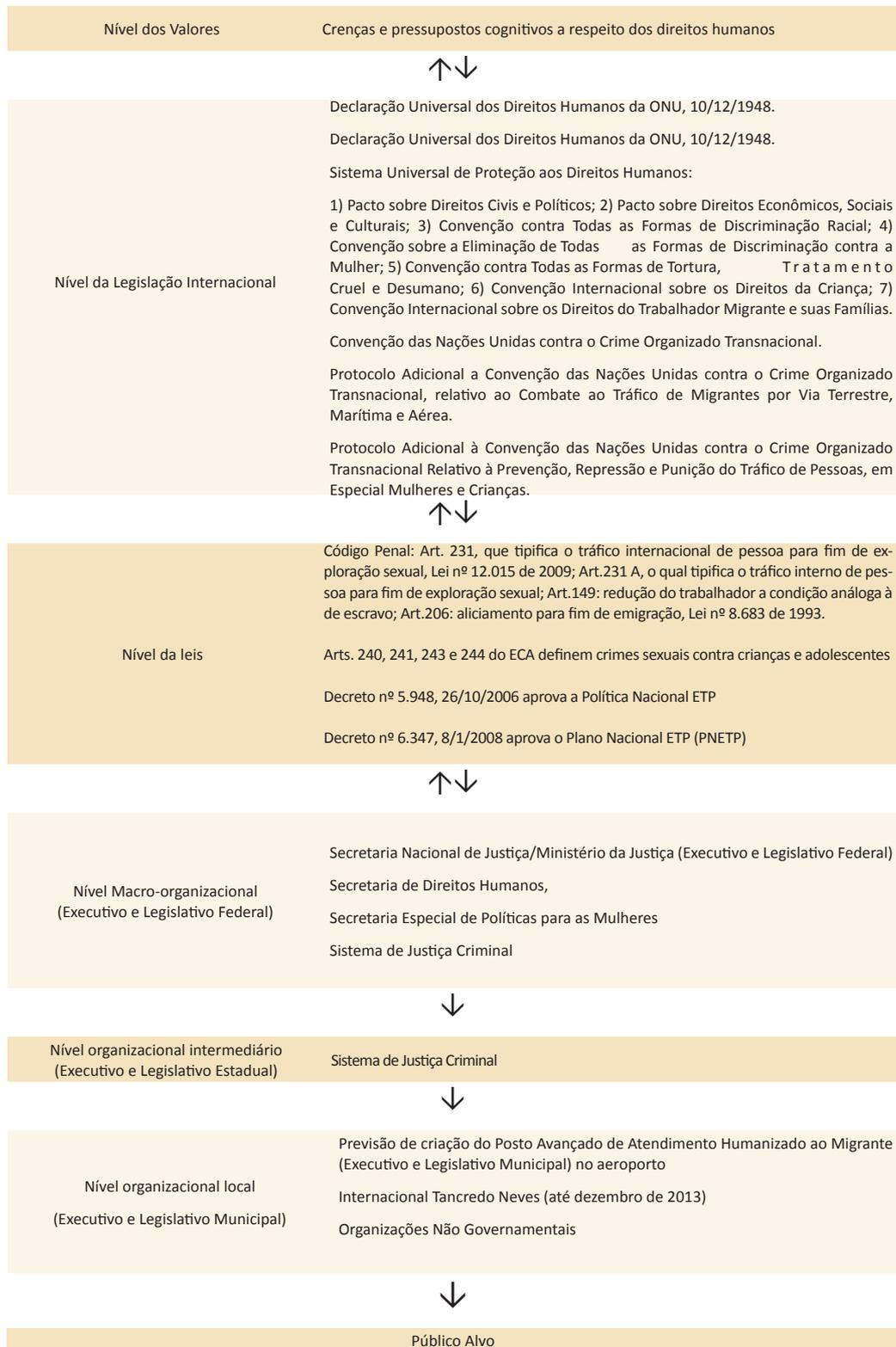


Diagrama 4 - Marco legal e institucional das políticas públicas focadas no tráfico de pessoas: Espírito Santo



4.2. A AÇÃO EM REDE SEGUNDO AS NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS

A questão da invisibilidade do tráfico de pessoas perpassa todo o debate travado pela pluralidade de organizações de atendimento, de repressão e de responsabilização nas quatro capitais do Sudeste. A invisibilidade do tráfico de pessoas se estende aos registros oficiais, aos registros das Organizações Não Governamentais (ONGs), a cobertura da mídia até o desconhecimento da opinião pública. Há uma espécie de círculo vicioso na medida em que o fenômeno não é reportado, logo, não é registrado e, se não é registrado, conseqüentemente, não existe. Esse circuito vicioso atravessa as narrativas dos profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas, pela repressão e responsabilização, sobre as parcerias entre as organizações da rede, bem como sobre a gestão dos registros produzidos. Além da ausência de diagnósticos e de padrões no plano macro, a escassez de conhecimento sobre o tráfico prejudica a identificação de casos concretos na rotina dos profissionais da rede.

Muito da discussão sobre as modalidades de tráfico de pessoas, sobre sua variação temporal (aumento, redução ou estabilidade) e espacial (incidência, concentração e deslocamento, fluxos), bem como o desdobramento de ações e políticas públicas de enfrentamento estão diretamente relacionados a uma questão fundamental: a visibilidade do fenômeno. Desta forma, a dimensão da visibilidade e o nível de conhecimento dos profissionais da rede governamental e das ONGs e da sociedade foram abordados nas entrevistas.

Muitas foram as considerações sobre estas questões nas quatro cidades pesquisadas. A maioria dos entrevistados alegou que a pouca visibilidade, para além do sub-registro, relaciona-se com questões morais, especialmente quando se trata do tráfico para fins de exploração sexual. Defendem, por isso, que o fenômeno do tráfico de pessoas é pouco visível, não apenas em função do desconhecimento de sua ocorrência, mas também devido a um ingrediente moral. E que esses casos de tráfico de pessoas, quando vêm à tona, aparecem sempre sob um viés de reprovação, condenando, implicitamente, a vítima pela prática da prostituição.

Se nós que trabalhamos diretamente com isso, já temos pouca informação, imagina a sociedade em geral...E, às vezes, quando tem, tem de uma maneira errada, tipo: ah, você acha que ela achava realmente que ia pro exterior pra ser garçonete? Você acha que ela não sabia que ia se prostituir, ser puta? (Organização de atendimento/ MG)

(...) eu não sei se vem aumentando, acho que vem aumentando os casos, mas que é um tema invisível, ainda é. Mas tá com um canal de denúncia maior. Então, a gente ainda não sabe se os casos aumentam ou se as denúncias é que estão sendo mais direcionadas. (...) eu acho que tem muito a ver com o nosso trabalho, o trabalho de quem da área que faz esse trabalho de prevenção. Porque quanto mais você fala, mais as pessoas vão ver que existe, e que elas tem a obrigação de denunciar, e que o tráfico pode acontecer em qualquer bar da esquina. Eu acho que isso é importante, essa visibilidade que a gente dá através desse trabalho que a gente faz, que é um trabalho de formiguinha, mas que tem que ser feito, né? (Organização de atendimento/ RJ)

O objeto de conhecimento, ele é submerso, ele não vem à tona. A preocupação é com a criminalidade violenta, com arma de fogo, esse é o carro chefe. Faça seus levantamentos lá na (...) proteção à pessoa, quantos desaparecimentos são registrados por ano pela polícia de SP: passa dos 15, 20 mil. No final do ano,

alguns milhares de casos de pessoas que desapareceram, de outra banda você tem todo o problema de identificação de cadáveres de gente que é sepultada como indigente, como desconhecido. Então, você tem um manancial de pessoas desaparecidas, outras sendo encontradas e, nesse meio campo, o tráfico de pessoas fica submerso.

Se você pega qualquer pesquisa de tráfico de pessoas, a primeira exigência, até do próprio Protocolo de Palermo, é análise de inteligência, análise de vínculos, banco de dados, rotas, perfis e tal. Senão você fica sempre naquela PESTRAF do início da década de 2000, trabalhando com aquelas rotas de então, e o crime é mutante, migra pra lá e pra cá. Só a Polícia Rodoviária Federal mapeou quase 1.200 pontos em estradas de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Então, isso tudo precisa ser mapeado. É respondendo àquelas perguntas de pesquisador: quem, onde, quando, por quê.

Então, se você não conhece o fenômeno, todas as ações que forem feitas com relação a eles serão pontuais ou cosméticas. Precisa dar esse fenômeno a conhecer os profissionais e ter um conhecimento, um banco de dados relacional que permita conhecer isso aí. (Organização de repressão/ SP)

Desde o início de funcionamento do posto. É claro que no início a gente não tinha tantas questões quanto essas. Então, os dados vão aparecer diferente do início e agora. No início de 2010, a gente não vai ter uma riqueza de dados como a gente tem agora. O que a gente sente dificuldade é o tratamento desses dados. A gente tem o dado bruto, mas não tem o tratamento estatístico desses dados. E a própria SNJ não exige, não impõe que a gestão do município transmita esses dados de tempos em tempos. (Organização de atendimento/ SP)

[Sobre o tráfico para fins de exploração laboral] eu nunca ouvi falar nem na mídia, nem em pesquisas e estudos, nem nos registros policiais, nada. A rede não consegue captar. E eu disse pra você que uma das possibilidades que eu acho é, primeiro, a Síndrome de Estocolmo: a vítima não se sentir violada e ajudar o explorador. E a outra questão também que eu vejo é que eu acho que a rede do tráfico deve ser muito forte. Ela é profissional. Pra eu citar pra você, eu tô nisso desde 2005, e eu citei pra você uma investigação da PF que desmontou no aeroporto que ia levando... (...) Então tem site, que chama Felinas da Ilha, se você quiser entrar. É um site de meninas que fazem programa. E eu vou falar uma coisa pra você, eu não sou polícia, mas eu tenho certeza que ali, pelas fotos, tem meninas menores de dezoito anos. (...) E esse site também tem uma captação de meninas lá no sul da Bahia. Então assim, se eu que sou estudiosa, não sou policial, eu vejo essas coisas, porque que a polícia não desbanca? Talvez seja um desconhecimento da rede pra não encaminhar pra nós. Como eu disse pra você, não podemos negar, porque aqui é uma cidade de porto, que tem aeroporto, então chegam muitos marinheiros. Então a gente sabe que isso deve acontecer, sim. (...) (Organização Atendimento/ ES).

Vários entrevistados reforçaram a correlação da pouca visibilidade do fenômeno com o sub-registro. Na opinião dos entrevistados nas capitais do Sudeste, uma vez que o tráfico de pessoas não é revelado (estatisticamente) como algo que efetivamente ocorre, acaba não se colocando como um problema para a sociedade e uma prioridade para as políticas públicas federais, principalmente as estaduais e municipais. Outra questão associada é o público afetado: as vítimas de tráfico costumam ser pessoas excluídas e marginalizadas, não despertando o interesse e a mobilização da opinião pública e dos meios de comunicação.

Um ponto de igual importância é que a baixa visibilidade estatística, política e social do tráfico de pessoas exige uma ampla e contínua capacitação dos profissionais para a identificação dos casos de tráfico de pessoas, pois as vítimas, na maioria das vezes, têm resistência em reconhecer que seus direitos foram violados e, além disso, encontram-se em situação de vulnerabilidade por ameaças, opressão e violência.

Mas o que eu poderia dizer...pra essa sub-notificação diminuir, que sejam campanhas televisivas, porque a imagem fala muito, de como identificar o início de um convite que pode terminar mal, seja pra um trabalho, uma proposta de ganho inexplicável, uma boa campanha talvez ajuda muito até pra que as pessoas se atentem. Eu acredito que possa ser o começo. E aí mais capacitação pros servidores e pros disques direitos humanos, que são portas de entrada. A gente precisa capacitar, talvez, as pessoas que colhem essas denúncias pra saber direcionar isso, e assim a gente possa, talvez, auferir, descobrir como que essa rede tá ou não funcionando. (Organização de repressão/ MG)

Elas acham que os profissionais, que as instituições irão julgá-las porque se elas entraram nisso foi porque visavam dinheiro, por ganância. Então elas têm muito medo da censura, do preconceito. Aqui nós investimos muito na equipe pra não julgar, pra não fazer nenhum pré-julgamento, nós falamos sempre não tenha clichê; a experiência de uma não é a experiência de outra. Não existe manual de atendimento, existe capacidade de escutar sem julgamento, respeitar o contexto cultural daquela pessoa, deixar que ela confie e que ela fale e só quebrar o sigilo se for algo pra proteção a vida e sendo informado a ela que será quebrado por essa razão.(Organização de atendimento/ RJ)

Mas nós temos casos, sim, de mulheres. Muitas não falam e as que falam querem que tenha um sigilo também, como é o caso da H. Ela relatou pra mim. E é uma coisa que a gente não costuma divulgar, elas pedem muito sigilo, é igual estupro, elas raramente chegam porque sofreram estupro, elas chegam dizendo que sofreram outro tipo de violência. Aí dependendo da confiabilidade adquirida do processo terapêutico que elas revelam as práticas e as violências sexuais. E eu percebo que no tráfico de mulheres isso é muito mais forte, elas não se sentem firmes porque elas têm muito medo do julgamento alheio. (Organização de repressão/ ES)

Olha, a maioria dos casos não são denunciados, não são compreendidos, não têm notificação. Os boletins de ocorrência, o histórico é de tráfico, mas ele aparece como cárcere privado, aparece como estupro de vulnerável. O histórico todo de tráfico. Não estou dizendo que uma coisa exclui a outra, estou dizendo que o tráfico interno não aparece. O tráfico interno não aparece. Os agentes públicos de fronteira acham que atravessar o rio pra ir lá, pro outro lado não é tráfico internacional. Eles dizem: por que é tráfico internacional? Qual é o problema de se prostituir do outro lado? É a mesma coisa, só atravessar o rio. A gente tem a obrigação de enxergar que ali está acontecendo um crime internacional, sabe? É muito difícil e então. (Organização atendimento/ SP)

Vários entrevistados destacaram a invisibilidade do tráfico de pessoas entre os profissionais e as organizações que compõem a rede de enfrentamento. Apontam que além do desconhecimento quanto ao tema, muitos profissionais possuem uma visão permeada de preconceitos. O que vai ao encontro do já indicado conteúdo moral existente por detrás da visibilidade.

A gente também fazia um pequeno levantamento da rede, a rede local desses municípios. E aí a gente conseguia perceber, quando a gente tava fazendo a sistematização desse levantamento, a grande dificuldade do reconhecimento do que é o tráfico. Então, os próprios profissionais que atuam com crianças e adolescentes nos municípios, eles têm grandes dificuldades de reconhecer o quê que é tráfico. (...) É bastante hierárquico, né? O abuso eles conhecem mais, a exploração, menos, e o tráfico, quase nada. E aí quando você, nesse levantamento, né, a gente perguntava se a pessoa conhecia, sabia conceituar tráfico, o quê que era tráfico, conceituar exploração e abuso sexual. E aí a gente conseguiu perceber, quando a gente tava fazendo a sistematização desse levantamento, a grande dificuldade do reconhecimento do que é o tráfico. Então, os próprios profissionais que atuam com crianças e adolescentes nos municípios, eles têm dificuldade de reconhecer o quê que é tráfico. Usando assim, a maioria considera tráfico como sendo alguma coisa fora do Brasil,

mais internacional do que regional, podendo ser regional...(Organização de atendimento/ RJ)

A questão da remoção de órgãos é a modalidade mais obscura de todas, que a gente não tem informação, não tem dado nenhum. Já é difícil a gente contabilizar e tratar dos casos de exploração sexual, quanto mais de órgãos. A gente atende muitas mulheres aqui que trabalharam na prostituição, mas que não permitem, por mais que a equipe tente aprofundar o atendimento, elas não dão dados. Provavelmente trabalharam na prostituição e podem ter sido vítimas, também. Elas têm todo um receio de falar que trabalharam como prostituta e que caíram na rede de tráfico. A gente precisa mesmo de dar condições o máximo possível pra essa pessoa se sentir confortável e isso não vai garantir, eu compreendo que a autonomia da pessoa falar ou não depende dela. Por mais que a gente possa oferecer as condições, mas eu acho que as condições têm que ser oferecidas, o espaço tem que ter a equipe que acolhe, a gente tem que oferecer o mínimo de condições pra ela de acolhimento pra ela se sentir vontade, ter toda confiança de poder falar. (Organização de atendimento/ SP)

As limitações e potencialidades da gestão da informação dos registros dos casos de tráfico de pessoas que chegam às organizações do sistema de justiça criminal e de atendimento foi um tema recorrente para a maioria dos entrevistados nas capitais pesquisadas. O acesso e a disponibilidade de informações, dados e estatísticas sobre o tráfico de pessoas é um dos grandes problemas encontrados por quem trabalha no atendimento às vítimas, bem como na repressão e responsabilização. É um aspecto estratégico, já que possibilita quantificar, dimensionar, compreender os fatores econômicos, culturais e legais envolvidos, a fim de subsidiar as políticas públicas.

A maioria das organizações não governamentais, por sua vez, registra e armazena os atendimentos, mas não possui meios sistematizados para tal. Esses registros são feitos de forma manual por meio de boletins de ocorrência, relatórios e prontuários de atendimento. Ou seja, não há formulários padronizados e digitalizados para o levantamento e análise dos dados. Evidentemente, deve-se ter em mente o que vem sendo demonstrado ao longo da pesquisa: as estatísticas não retratam a realidade, não podendo, pois, ser tomadas, seguramente, como representativas da realidade do fenômeno.

Não existe, no Brasil, até onde eu sei, nenhum instrumento que permita que você tenha dados fiéis, eu não conheço. Os dados que eu tenho retratam a realidade de tráfico de pessoas no Rio de Janeiro? Não, em hipótese alguma. Os dados que eu tenho são dos atendimentos que a gente faz, das pessoas que nos solicitam, que procuram ajuda. (Organização de atendimento/ RJ)

A primeira coisa é mapear. Questionar os departamentos de polícia, todo local que tá tendo exploração e abuso sexual e exploração laboral. E capacitar esses policiais da ponta pra eles abrirem os ouvidos e os olhos pra todas as vezes que virem uma pessoa angariando (...). Isso que tá pulverizado, que são dados, porque não são compartilhados, mas que os policiais da ponta possuem, mas que depois eles vão retornar pra nós e nós vamos transformar isso em informação, pra aí sim eles serem tratados de forma estratégica e avaliados pra ver se é ponto de tráfico de ser humano pra ir formar políticas de enfrentamento (...). E é por isso que te falo: nós precisamos trabalhar de forma integrada com a Polícia Federal, porque a Polícia Federal não tem esses dados. (Organização de repressão/ MG)

Existe um buraco entre a legislação brasileira, o Protocolo de Palermo, a autonomia das mulheres que a gente vem debatendo, e deve haver uma mudança importante dentro do Código Penal e incluir outras formas de tráfico, pois fica muito centrado na exploração sexual. A gente tem dezenas de tráficos, exploração de mão de obra que aqui em São Paulo, nossa! E mais para o interior do Brasil você vê outros tipos de exploração, não só de brasileiros, mas também de bolivianos, colombianos, haitianos. Isso nós vimos muito no projeto Fronteiras: haitianos carregando navio em troca de um prato de comida. Porque [estavam em] situação irregular, [estavam] sendo explorados por brasileiros. Mulheres bolivianas trabalhando pra agentes públicos em troca de comida também. A gente viu coisas assim absurdas, também. O Brasil é país de origem e destino. Isso é importante que a gente saiba, tanto pessoas saem daqui como também são aliciadas para vim para cá. (Organização de atendimento/ SP)

Questionados sobre a percepção de qual seria a modalidade de tráfico de pessoas mais frequente no seu âmbito de atuação, a maioria dos entrevistados afirmou ser o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Esta modalidade foi citada por todos os entrevistados como a mais comum no que se refere ao tráfico internacional de pessoas.

Eu conheço uma pessoa que tem uma agência de turismo na Suíça e ela falou que vendem pacotes turísticos, sai o avião só de homens pra Porto Seguro, pra ter o prazer sexual com meninas de 11, 12 anos de idade. Aí, dependendo da pessoa, leva a menina pra Alemanha, pra não sei aonde, chega lá vai., tem um turismo sexual muito forte aqui no Brasil também. (organização de atendimento/ MG)

Aqui nesta cidade tinha um cara que ele vinha de Portugal, eu conheci, e ele vinha ficava uns 15 dias e neste período ele levava uma média de 20 a 30 pessoas para se prostituir em Portugal, tanto moças como rapazes, eles iam com promessas mirabolantes e não era nada disso, é o tráfico de você quer um sonho e colocar a sua casa, pegar a escritura da sua mãe e entregar para um monte de caras, fazer a dívida e dizer depois eu recupero, então é uma quadrilha. (organização de atendimento/ MG)

Neste dia eu estava no consulado geral do Brasil, quando uma das líderes, é a pessoa que mais briga pelo tráfico de pessoas na Suíça, ela recebeu um telefonema de uma senhora falando de uma garota de 18 anos que ela tinha ido para Zurique com um suíço e a promessa era para trabalhar e estudar e chegou lá o cara pegou o passaporte dela querendo que ela se prostituisse e ela não queria, chorando e nos fomos até lá, era um resgate. (organização de atendimento/ MG)

Mais exploração sexual por ser até uma região litorânea, turística. Então é sexual... laboral nem tanto. (organização de atendimento/ RJ)

Noventa e nove por cento do tráfico é exploração sexual. (organização de atendimento/ RJ)

Noventa por cento dos casos, eu acredito, é de prostituição, de tráfico humano pra fins de exploração sexual. Então... tem, com certeza essa questão do trabalho escravo e da... dos órgãos também, mercado de órgãos. Mas acho que a maioria é pra exploração, até porque eu li um artigo que afirma que as brasileiras são as primeiras lá na linha de encomendas, praticamente, no mercado internacional de tráfico. Então tem, assim, eu não sei como tá agora, mas... eu não ouvi nada depois do carnaval, mas parece que no carnaval ia receber... o Brasil ia receber bastante olheiros de agências do exterior, que viriam pras escolas de samba, tentar agenciar modelos pro exterior como fachada pra possibilitar o tráfico (Organização de prevenção e atendimento/ ES)

Um dos pontos-chave da investigação é a análise das interações entre as organizações e a construção e configuração da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Um dos desafios de uma política de enfrentamento refere-se ao quanto os agentes responsáveis por trabalhos de repressão, responsabilização, prevenção e atendimento encontram-se em comum acordo sobre como atender às demandas da sociedade no que se refere à atenção a este fenômeno. Para verificar as possíveis dificuldades e desafios da atuação em rede destas instituições, foram analisadas em que medida as instituições trabalham em parceria entre si, bem como possíveis pontos frágeis ou entraves à realização adequada deste trabalho.

Os problemas, conflitos e desafios do trabalho em rede são questões frequentes nas políticas públicas. Um dos maiores consensos na literatura sobre implementação de políticas públicas repousa na dificuldade de se obter ação coordenada entre agências de um campo específico, e, principalmente, entre agências de diferentes setores (justiça, ministério público, polícia, trabalho, assistência social e saúde), pertencentes a níveis distintos de governabilidade (esfera federal, estadual e municipal), sendo, na maioria das vezes, agências autônomas envolvidas no esforço de implementação. O problema é particularmente agudo no caso de legislações federais, que dependem de organizações dos estados e municípios para execução de um programa concebido para uma realidade tão heterogênea quanto é a do Brasil.

Um dos atributos mais importantes de uma legislação é o grau em que integra, hierarquicamente, as agências que executam a política. Na medida em que a rede (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização ao tráfico de pessoas) estiver frouxamente integrada, haverá um nível elevado de conflito e uma variação considerável no grau de concordância entre os operadores que implementam a política sobre como responder às demandas no âmbito estadual e municipal.

Depende muito de vontade política dos municípios também, dos prefeitos, da educação dos municípios, dos agentes públicos, do CREAS. Muitos CREAS e CRAS não têm estrutura nenhuma para atender nada, para compreender nada. Também os Conselhos Tutelares, que são as instituições, os Conselhos Tutelares e CRAS são instituições que estão presentes em muitos municípios. Por exemplo, o Conselho Tutelar está presente em 98% dos municípios brasileiros. Do ponto de vista do enfrentamento ao tráfico interno de criança e adolescente, esses agentes teriam que ter capacitações permanentes, permanentes. Outra coisa, eles mudam, eles cumprem mandatos, outra turma entra, tem que fazer nova capacitação. (Organização de atendimento e prevenção/ RJ)

P: E essa metodologia que você comentou deles, isso foi incorporado ao trabalho do posto ou vocês, hoje, têm dinâmicas próprias? Como que é?

E: Então, o trabalho da ASBRAD, ele funcionava basicamente na área restrita que é recebendo os brasileiros que estão voltando no desembarque internacional. Nós atuávamos lá dentro e o posto funcionava numa sala de atendimento de retaguarda. Então a gente trabalha diferente agora. A metodologia deles orienta a gente nas questões que eles propõem na nossa identificação das vítimas. Mas a gente trabalha um pouquinho diferente, porque a gente atua principalmente aqui no posto. Então, o posto a gente quer que esteja sempre aberto e sirva de referência. A gente atuou na área restrita também, hoje a gente já não tem mais acesso.

E: A gente teve alguns contratempos com a PF, teve uma situação com uma funcionária nossa e a gente também... O posto atuou em alguns casos de pedido de refúgio de estrangeiros que estavam dentro do conector interno do aeroporto, então isso desgastou um pouco a relação de alguns funcionários do posto com um delegado. Então a gente teve

algumas questões delicadas com a PF, que entendeu que a gente estaria atrapalhando o trabalho deles. Aí, por conta desses episódios que aconteceram em novembro do ano passado, em fevereiro desse ano, o Ministério pediu que a gente devolvesse as nossas credenciais, os nossos crachás que dão acesso à área restrita.

Pra gente por que é importante trabalhar lá? Primeiro pra gente conseguir atender os pedidos que nos são enviados, seja via consulado, seja via ONGs, quando a pessoa tá lá dentro, pra gente é mais fácil identificar e abordar do que esperar ela sair aqui na área comum do aeroporto e ela poderia se perder e a gente não conseguir encontrar e conversar com essa pessoa. E quando a gente tá acompanhando, as vítimas estão retornando pra casa, a gente faz esse acompanhamento até a hora do embarque, até mesmo quando a pessoa tá entrando na aeronave; pra gente é importante ter esse acesso no embarque e no desembarque. E a gente hoje tá sem, mas estamos reaproximando de novo da PF.

Enfim, a gente tá de novo se reaproximando da PF e deixando claro pra eles o nosso papel, pra saber que nós somos parceiros; a gente não quer competir e não quer atrapalhar de jeito nenhum. Essa questão dos refugiados é uma questão delicada, é uma questão que envolve PF, Ministério das Relações Exteriores, a maneira como os estrangeiros que chegam no Brasil são recepcionados. (Organização de atendimento e prevenção / SP)

O abrigo foi apontado como problema comum a todas as instituições que realizam o atendimento e encaminhamento das vítimas. Não há um local especificamente destinado para esse público, apenas abrigos para população de rua ou tratamento de usuários de entorpecentes. Há também a dificuldade quando se trata de travestis e transexuais, pois há abrigos que são exclusivamente masculinos ou femininos, logo surge a dificuldade de incluir essas pessoas.

E aí, onde a gente vai abrigar a travesti? Não existe nenhum abrigo, que eu saiba, no Brasil inteiro, que seja destinado aos transgêneros, não tem. Abrigo feminino, a legislação não permite. Tem que ser abrigo masculino, porque o homem na identidade é masculino. Então vamos pro abrigo masculino. Aí, o que aconteceu nesse caso específico? A gente chegou no abrigo masculino, noventa e oito abrigados. Quando chegou lá com uma travesti todo mundo “eeeehhhhh”. Aí não pode ficar aqui, não vai ficar aqui. Dá até vergonha de falar qual foi a solução encontrada. Ela dormiu no banco do aeroporto. Porque num tinha outra solução, não tinha o que fazer. Então abrigo, [é um] calcanhar de Aquiles. (Organização de atendimento e prevenção / RJ)

Além da falta de abrigos, dentre as instituições de atendimento entrevistadas, mais da metade apontou como dificuldade do atendimento à vítima o suporte do governo por meio de seus serviços de proteção social. Como consequência, as instituições acabam contando muito mais com a ajuda das ONGs, ou outras organizações, até mesmo internacionais, do que com o aparato governamental.

Como eu falei, acho que o trabalho tem estes pontos frágeis por falta da estrutura do governo e as instituições acabam fazendo o trabalho com o que têm à disposição, então eu vejo que ainda tem muitos conflitos [com a] falta de informação, mas não é culpa das instituições, pois é um trabalho difícil de fazer, é mais por conta do governo mesmo que não põe à disposição o aparato que tem. (Organização de atendimento e prevenção / RJ)

O que eu acho relevante e importante, hoje, e que, talvez, falte pra um combate mais efetivo nisso, é a comunicação com os órgãos de prevenção mesmo e os órgãos assistenciais, a vítima, porque a gente é carente. (Organização de repressão/ MG)

O que eu percebo, de forma empírica, são trabalhos isolados, e a competência, a nível estadual, ela está pulverizada nas unidades policiais, e muitas vezes eles trabalham uma modalidade criminosa, e o tráfico tá submerso. (Organização de repressão/ MG)

4.3. A ação em rede segundo o questionário institucional

Os limites e as potencialidades da ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste podem ser abordados por meio da mensuração de alguns tópicos relativos à gestão informacional e ao planejamento das atividades das organizações.

Tabela 29 Tratamento e uso das informações segundo a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas

| Tratamento e uso das informações | Governamental | Não Governamental | Total |
|---|---------------|-------------------|-------|
| A forma de registro dos casos é digital | 70,0 | 38,0 | 54,0 |
| Os registros são feitos de forma padronizada | 64,0 | 52,0 | 58,0 |
| O arquivamento dos registros é feito de forma organizada | 62,0 | 54,0 | 58,0 |
| Utiliza os registros para fazer estatística | 61,0 | 46,0 | 53,5 |
| Realiza entrada de banco de dados nacional ou estadual | 20,0 | 5,0 | 10,0 |
| Utiliza as informações registradas para planejar suas ações | 70,0 | 55,0 | 62,5 |
| Utiliza dados de outras instituições | 53,0 | 38,0 | 45,5 |

Quanto à gestão da informação coletada e armazenada sobre tráfico de pessoas pelas organizações governamentais e não governamentais responsáveis pelas políticas de enfrentamento ao fenômeno, não há uma política bem definida de accountability⁷³ entre as organizações pesquisadas. O registro digital das informações armazenadas (das vítimas, dos acusados e da dinâmica do tráfico) é realizado por apenas 70% das organizações governamentais. Para 30% das organizações governamentais, a forma de registro das informações sobre tráfico de pessoas não é digital. Esse percentual sobe para 60% entre as organizações não governamentais. Cerca de dois terços das organizações governamentais informaram que as informações relativas aos casos de tráfico ainda não são padronizadas. Entre as organizações não governamentais esse percentual sobe para 48%. O arquivamento das informações coletadas sobre tráfico de pessoas não é feito de forma organizada por 38% das organizações governamentais, enquanto que entre as ONGs apenas 54% responderam que o arquivamento dos registros sobre tráfico de pessoas é organizado.

Apenas 61% das agências governamentais informaram que fazem estatísticas para análises quantitativas sobre o tráfico de pessoas a partir dos registros produzidos. Entre as ONGs o percentual cai para 46%. Quanto ao fornecimento dos registros produzidos pelas organizações pesquisadas para bancos de dados estaduais ou nacionais sobre tráfico de pessoas apenas 20% das organizações governamentais informaram que repassam seus dados para esta finalidade. Nenhuma organização não governamental informou que repassa seus registros sobre tráfico de pessoas para bancos de dados estaduais ou nacionais. Cerca de 30% das agências governamentais não fazem qualquer planejamento de suas atividades a partir das informações registradas sobre tráfico de pessoas. Entre as ONGs esse percentual chega a 45%. Quase a metade das agências

⁷³ O termo accountability é entendido como a atitude das organizações governamentais e de interesse público em prestar contas à sociedade, permitindo que o serviço público, bem como os servidores públicos, possam ser responsabilizados por suas omissões ou ações errôneas.

governamentais não utiliza dados sobre tráfico de pessoas produzidas por outras organizações. O percentual de ONGs que não recorre a dados sobre o tráfico de pessoas produzidas por outras organizações é de 62%.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelas organizações governamentais e as não governamentais da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas capitais do Sudeste, houve grande heterogeneidade entre os problemas apontados. Foi solicitada a cada organização pesquisada que informasse as três principais dificuldades para desenvolver ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Estas foram agregadas na tabela seguinte.

Tabela 30 Principais dificuldades apontadas pela rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas

| Dificuldades | Governamentais | Não Governamentais | Total |
|--|----------------|--------------------|-------|
| Deficiências do marco legal | 39,0 | 22,0 | 31,0 |
| Falta de recursos materiais | 76,0 | 66,0 | 71,0 |
| Falta de recursos humanos | 47,0 | 39,0 | 43,0 |
| Complexidade para identificar casos de tráfico de pessoas | 43,0 | 64,0 | 53,5 |
| Falta de instituições especializadas de atendimento | 58,0 | 64,0 | 61,0 |
| Inexistência de dados/informações acessíveis | 53,0 | 60,0 | 57,0 |
| Baixa mobilização/participação da população | 48,0 | 38,0 | 43,0 |
| Baixa conscientização das vítimas dos seus direitos | 58,0 | 48,0 | 53,0 |
| Capacitação insuficiente dos agentes públicos | 44,0 | 58,0 | 51,0 |
| Baixa articulação entre agências governamentais e ONGs | 34,0 | 58,0 | 46,0 |
| Baixa eficiência das agências governamentais de repressão aos acusados | 29,0 | 56,0 | 43,0 |
| Baixa eficiência das ONGs no atendimento as vítimas | 41,0 | 12,0 | 26,5 |

Entre as dificuldades centrais citadas, a mais recorrente tanto entre as organizações governamentais quanto entre as ONGs foi a falta de recursos materiais. 76% dos respondentes entre as organizações governamentais, e cerca de 2/3 das organizações não governamentais declararam ser esta a principal dificuldade para o desenvolvimento de suas atividades. Outra dificuldade comum foi a falta de recursos humanos, ou seja, profissionais capacitados no tema (citada por 47% das organizações governamentais e 39% entre as ONGs). A escassez de serviços e programas especializados para o atendimento às vítimas de tráfico de pessoas também é um sério problema, segundo 58% dos entrevistados das organizações governamentais e 64% das ONGs.

Além da falta de recursos materiais e humanos e da ausência de serviços e programas especializados nas capitais do Sudeste, outro problema citado foram as deficiências legais e normativas. Esta é uma categoria que descreve problemas identificados nas leis, ou falta de diretrizes claras para as organizações no trato dos casos de tráfico de pessoas. A inexistência de dados e informações acessíveis sobre o número de casos, a variação temporal e espacial dos casos e os padrões de coerção e exploração das vítimas no nível local, estadual e nacional; também foram citados como problemas que dificultam a ação das organizações por mais da metade dos entrevistados tanto das ONGs quanto das organizações governamentais.

A inexistência de dados e diagnósticos sistemáticos e consistentes em nível local, estadual e nacional sobre o tráfico de pessoas pode estar associada a outras dificuldades apontadas pelos entrevistados, tais como: a baixa mobilização e participação da população, apontada por 48% organizações governamentais e 38% das ONGs; a capacitação insuficiente dos agentes públicos sobre o tema, para 44% das organizações governamentais e 58% das ONGs; a baixa articulação entre agências governamentais e ONGs, segundo 34% das agências públicas e 58% das ONGs; a baixa eficiência das agências governamentais de repressão aos acusados e baixa eficiência das ONGs no atendimento às vítimas.

4.4. A AÇÃO EM REDE SEGUNDO A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Os grafos representados a seguir foram construídos a partir de dados relacionais, em detrimento de dados estanques e tradicionais. Ou seja, os dados relacionais foram construídos a partir das interações explicitamente expostas no questionário, no que se refere à manutenção e à prática de ações interinstitucionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nestes grafos, cada ponto (também conhecido como nóculo) é a representação de uma instituição. E cada linha que liga os nóculos representa a existência de uma interação entre eles. Por sua vez, cada seta na ponta das linhas indica a direção da relação estabelecida. Setas duplas informam que as instituições citaram-se mutuamente.

Os grafos (Figs. 11, 12, 13, 14 e 15) apresentam as redes tendo como unidade de análise uma medida de centralidade denominada C_B . Tal medida mensura a potencialidade das intermediações que cada ator mantém em relação aos outros. Dessa forma, é possível descobrir quais são os principais atores da rede no que diz respeito ao fluxo de informações e, conseqüentemente, de poder. A medida de centralidade pode ser expressa pela seguinte fórmula:

$$C_B(v) = \sum_{s \neq v \neq t \in V} \frac{\sigma_{st}(v)}{\sigma_{st}}$$

Freeman's Approach

Os atores representados pelos maiores nóculos são aqueles que possuem a melhor possibilidade de reter ou de divulgar as informações. Para além da análise, procurando uma melhor visualização e entendimento da rede, diferenciamos os nóculos em seu formato e cor.

O formato diferenciado informará que tipo de trabalho a instituição oferece. Cabe lembrar que, em consonância com as outras seções do relatório, essa classificação se dará levando em consideração a atividade principal que é oferecida pela instituição, visto que algumas instituições oferecem mais de um tipo de trabalho no combate ao tráfico de pessoas. Assim, todas as vezes que houver um nóculo com um formato de círculo significa que a entidade prioritariamente se dedica ao atendimento e a prevenção; quando o nóculo for um triângulo, a instituição é prioritariamente voltada à repressão. Do mesmo modo, quando há um formato quadrangular, a instituição tem como papel principal a responsabilização. Por fim, o

formato quadrangular tendo uma cruz em seu centro simboliza que a instituição tem como papel principal a gestão política.

Se o formato serve para diferenciar o tipo de trabalho exercido, as cores diferenciam os estados nos quais essas instituições estão localizadas. Dado que a pesquisa compreende as instituições localizadas na região Sudeste do Brasil, as cores das instituições citadas nas redes se dão por cinco variações elencadas da seguinte forma: amarelo para o estado do Espírito Santo; verde para Minas Gerais; vermelho para São Paulo; e azul para o Rio de Janeiro. Há ainda uma quinta cor (cinza) que representa as instituições que são supraestaduais, ou instituições lotadas em regiões que não pertencem a um dos quatro estados e/ou instituições, sem informações de localidade.

O primeiro grafo (Figura 11) apresentado foi construído por meio da informação acerca das relações entre as organizações que compõem a rede. Deste modo, medimos aqui quais são as instituições mais centrais no que se refere a ter relações com outras instituições.

Cabe, entretanto, lembrar que o cálculo para tal resultado não se dá apenas pela contagem do número de citações. Repetindo a informação supracitada, nesta análise de rede não estamos tratando dos dados estanque, ou seja, os dados são relacionais, portanto, ser citado por um nóculo periférico ou por um nóculo central tem importância diferente para o cálculo.

Ao mensurarmos as principais relações entre instituições, observamos que as instituições centrais (ou seja, tidas como principais parceiras) são as instituições que têm, de modo geral, como eixo principal de trabalho a Gestão Política e de Responsabilização. O principal nóculo (instituição) da rede é o Ministério da Justiça, citado por instituições de todos os estados. O Ministério Público Estadual de São Paulo é a segunda instituição de maior centralidade na rede, entretanto, observa-se que a instituição possui relação apenas com instituições do seu estado, algo já esperado dada a limitação geográfica da atuação estabelecida por lei. Não tão esperada é a constatação de não haver relações diretas interestaduais (a exceção é a parceria da ONG BAE situada em Minas Gerais com a ONG Prevenção Madalenas situada no Rio de Janeiro). Desta forma, o que encontramos nesta rede são atores pontuais, que não possuem uma territorialidade dentro de um estado específico, servindo de “ponte” nas relações entre os estados.

Como mencionado, os cinco primeiros grafos terão como cálculo da rede a questão da centralidade dos nóculos. Desta forma, a Figura 12 nos mostra uma segunda rede mensurando o efeito da centralidade. Entretanto, se a Figura 11 mostrava como as instituições se relacionavam no quesito principais parceiros, na Figura 12 o motivo das relações da rede é o apoio financeiro para o enfrentamento do tráfico de pessoas.

Ao observamos a Figura 12, percebemos de imediato que a rede é construída com poucos nóculos (instituições) em comparação a Figura 11. Ao mesmo tempo, encontramos um maior número de instituições isoladas no canto esquerdo da figura. Isto significa que menos instituições estão se relacionando quando a questão é financeira, em comparação à questão de parcerias na execução de projeto de enfrentamento (algo esperado). Entretanto, embora fosse esperado ter uma rede menos densa, não eram

esperados tantos nódulos sem ter nenhum tipo de relação.

Visto que há poucas instituições financeiramente fomentadoras de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, uma boa rede relacional esperada seria aquela em que poucos nódulos seriam citados por muitas instituições. Isso significaria que as poucas instituições capazes de redistribuir recursos estariam fazendo de forma mais distributiva, ou seja, haveria uma melhor distribuição dos recursos entre as instituições. Desta forma, os nódulos isolados nos informam que não há ajuda financeira feita àquela instituição no que se refere ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Dois pontos sobressaem na análise, o primeiro é a constatação que todas as instituições do estado do Espírito Santo declaram não possuir ajuda de outras instituições. O segundo ponto é que as principais fomentadoras de recursos financeiros são instituições federais.

O terceiro tipo de relação investigada para a construção de uma rede foi a questão de como as instituições envolvidas no enfrentamento ao tráfico de pessoas se relacionavam para obter apoio técnico para o trabalho. Neste quesito observamos na Figura 13 uma rede mais densa que a rede anterior, embora ainda haja muitas instituições que não possuem nenhum tipo de relação no que se refere a um apoio técnico.

O interessante desta rede é que há um maior número de subgrupos dentro da mesma rede. Isto é, há um fluxo de informação técnica na rede, mas, da mesma forma, há uma retenção deste apoio técnico, visto que existe um maior número de instituições não ligadas à rede principal. Tal fenômeno cria células dentro da rede, nas quais as informações técnicas de cada célula não são capazes de serem retransmitidas para a rede como um todo.

Outro fator de importância é que a rede não é centrada em um nódulo apenas. Ou seja, observam-se dois nódulos que possuem graus de centralidades parecidos e são os principais responsáveis pelo apoio técnico da rede. O que a torna ainda mais interessante é que esses dois nódulos (fonte de apoio técnico) possuem eixos de atuação principal diferentes. Sendo assim, em teoria, os nódulos principais são capazes de abranger uma gama maior de demanda técnica.

Continuando com a concepção de mensurar os ganhos técnicos das instituições por meio das inter-relações na rede, o quarto grafo (Figura 14) constrói a rede por meio das relações constituídas quando a questão é obter informações sobre o tráfico de pessoas.

Neste quesito, observamos que a rede possui poucas instituições isoladas em subgrupos o que garante que a informação seja melhor distribuída. Encontramos como protagonista na rede, pela primeira vez, uma instituição que tem como eixo principal o atendimento e prevenção, a saber, o Núcleo de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas do estado de São Paulo.

De todas as redes descritas essa é a única na qual temos uma instituição situada em um determinado estado como um dos principais nódulos. Outro protagonista nesta rede é o Ministério da Justiça, ator que, como supracitado, é principal nódulo da rede de

enfretamento em diversos quesitos.

O penúltimo grafo (Figura 15) que possui como elemento de análise a medida de centralidade é um grafo que na verdade não pode ser traduzido - assim como os anteriores - em relações entre as instituições. Isto se deve ao tipo de questão que foi posta aos respondentes. Ao invés de perguntarmos sobre as possíveis relações, foi questionado sobre quais seriam as instituições referências no enfretamento ao tráfico de pessoas. Tal questão nos produziu um grafo em que podemos ter uma ideia sobre a importância que as instituições de enfretamento ao tráfico possuem na ótica das próprias instituições, embora não necessariamente possuam algum tipo de relação entre elas. Neste painel observamos mais uma vez o protagonismo do Ministério da Justiça como a grande referência na rede, sendo citado por instituições de todos os estados, exceto o estado de Espírito Santo.

No último grafo (Figura 16), por sua vez, a análise não se dá mais pela medida de centralidade dos nós, mas sim por meio de uma medida de buracos estruturais. Por meio desta medida é possível verificar o nível de que cada nó possui na rede. A averiguação nos informa o quanto os contatos são redundantes de um nó para outro. Consequentemente, quanto mais a rede é permeada por relações, maior densidade ela possui. A ideia por trás deste tipo de grafo é que quanto maior forem os nós, maior é o nível de relações entre as instituições. E quanto maior é o nível, menos buracos estruturais a rede possui. A medida pode ser expressa por meio da seguinte fórmula:

$$c_i \equiv \sum_{j \neq i} (p_{ij} + \sum_{k \neq i, k \neq j} p_{ik} p_{kj})^2$$

Burt's Approach

Para os objetivos da presente pesquisa, ter buracos estruturais significa ter uma rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas enfraquecida e centrada em alguns atores pontuais. A Fig. 6 mostra que há muitos buracos estruturais na rede mapeada. Os buracos estruturais indicam ainda que, dado o tamanho dos nós do grafo, a rede parece possuir características de baixa efetividade e baixa eficácia.

Figura 11 Centralidade nas parcerias na Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

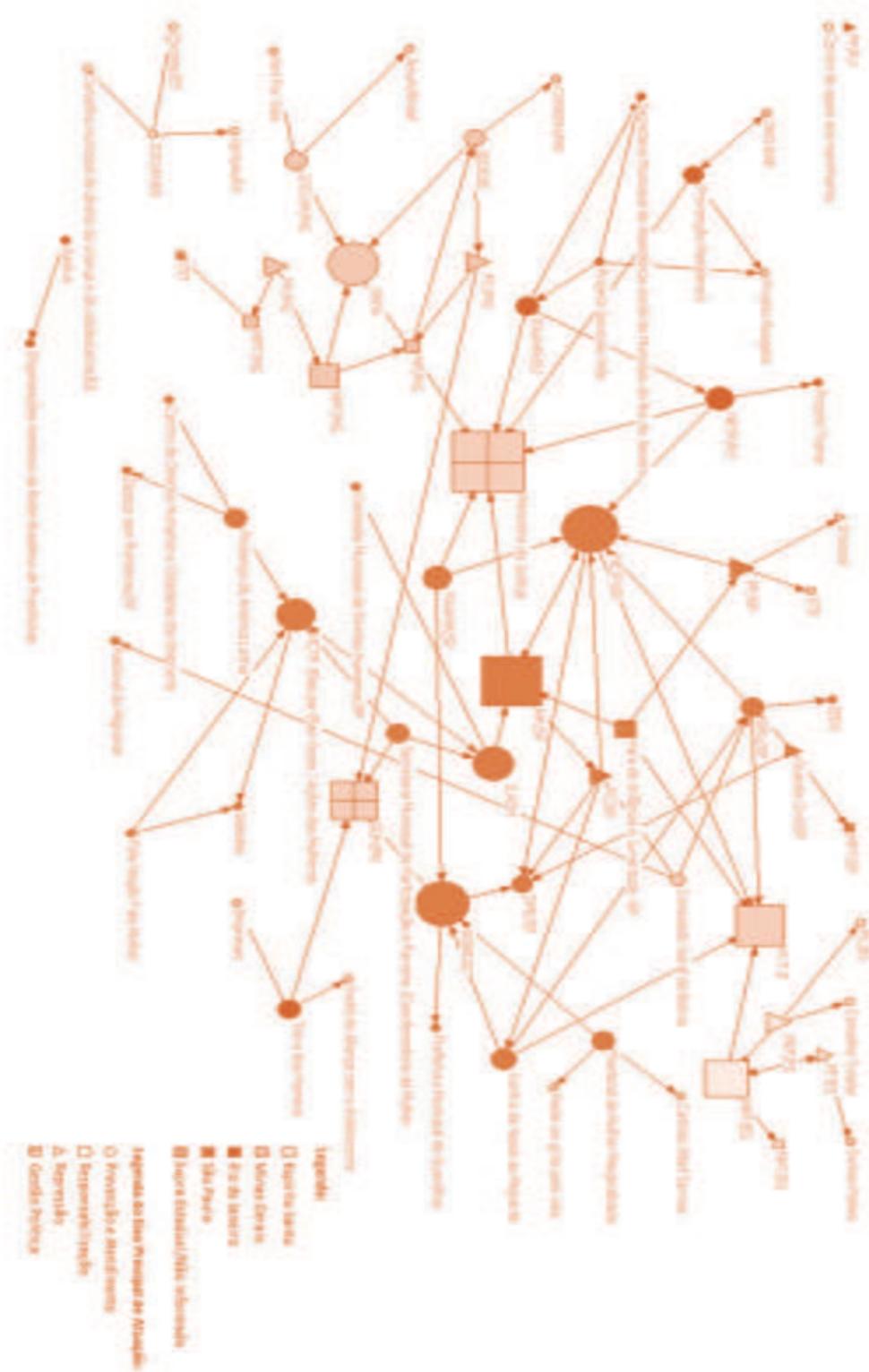


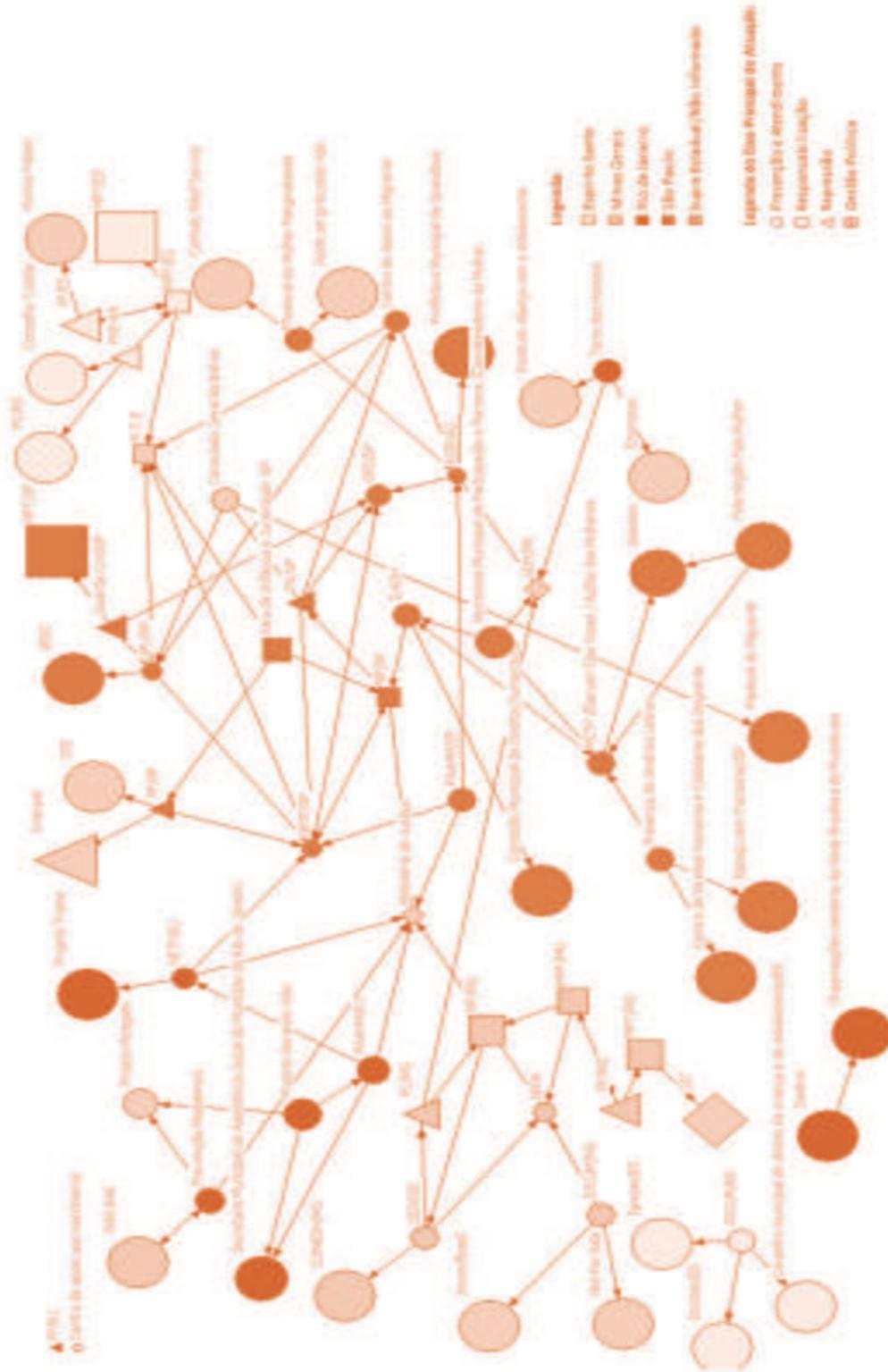
Figura 13 Centralidade no Apoio Técnico na Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



Figura 14 Centralidade na obtenção de informações na Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



Figura 16 Dependência na ação em Rede no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



5. CONCLUSÃO

O contexto político moldado pelo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que vigorou entre 2008 e 2010 criou um ambiente propício em que uma série de organizações desenvolveram bases de dados sobre tráfico de pessoas no Brasil. As evidências identificadas e analisadas na pesquisa enfatizam os limites e as potencialidades das informações produzidas pelas diferentes organizações de atendimento, repressão e responsabilização nos níveis local, estadual e nacional no país.

As contribuições das experiências internacionais na produção de bases de dados sobre tráfico de pessoas oferecem subsídios para o aperfeiçoamento das diferentes bases de dados nacionais. O levantamento, análise e as recomendações relativas às quatorze bases de dados sobre tráfico de pessoas existentes no Brasil (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/ SP, Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/ SP, Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/ RJ, Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante/ RJ, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Censo SUAS/CREAS, Ministério da Saúde - SINAN, Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Disque 180, Secretaria dos Direitos Humanos/ Disque Denúncia Nacional - Disque 100, Secretaria dos Direitos Humanos/ Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal e Ministério do Trabalho e Emprego) revelam um potencial analítico amplo e promissor. Como cada base de dados contém muitas variáveis com possível relevância, as possibilidades de análise combinatória são imensas.

As narrativas dos atores-chave entrevistados nas capitais do Sudeste enfatizam os efeitos perversos da invisibilidade do tráfico de pessoas em toda a política pública de enfrentamento implementada no Brasil. As narrativas são positivas quanto à relevância das bases de dados, as necessidades de aperfeiçoamento e ajustes e seu futuro impacto nas políticas de atendimento às vítimas e de repressão aos criminosos. Os resultados dos questionários e da análise de redes sociais revelam os impactos das bases de dados pouco sistemáticas e pouco confiáveis na ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas no país. Além da fragilidade das bases de dados, existem outros fatores que afetam a ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, tais como: a ausência de monitoramento e avaliação das políticas de enfrentamento a fim de avaliar os resultados dos projetos e o funcionamento dos processos implementados; a capacitação insuficiente dos agentes públicos; a baixa mobilização/participação da população; a frouxa articulação entre agências governamentais e ONGs; a ineficiência das agências governamentais na repressão aos criminosos, a fragilidade do sistema de atendimento às vítimas, a ausência de campanhas anti-tráfico direcionadas para diversos públicos-alvo em seus respectivos contextos sociais.

Uma base de dados nacional sobre tráfico de pessoas com compartilhamento de informações é uma visão ambiciosa que precisa alcançar múltiplas abordagens e todos os níveis de governo e suas ramificações dentro da estrutura organizacional.

6. RECOMENDAÇÕES

A compreensão da ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil é um empreendimento complexo e não se restringe ao diagnóstico sobre mecanismos de gestão, bases de dados e sistemas de informação. As dificuldades e obstáculos encontrados na ação em rede se devem a inúmeros fatores, dentre eles, a ausência de uma cultura de problemas públicos de segurança relacionados às violações aos direitos humanos. A concepção dos profissionais das organizações estatais - especialmente de repressão -, de uma política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas é tratada muitas vezes como algo irreal e não factível. Há um clima de ceticismo e crítica por parte das organizações de repressão, apesar dos sinais de constantes avanços nas ações da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. As dificuldades e obstáculos têm origem e formatos variados, podendo ser de natureza política, organizacional, metodológica ou pessoal. As distintas naturezas das resistências (política, organizacional, metodológica ou pessoal) estão embasadas numa concepção tradicional e limitada de segurança pública, que privilegia o combate ao tráfico de drogas. Assim, nessa concepção tradicional, os recursos devem ser direcionados prioritariamente na repressão ao tráfico de drogas ilegais e de armas.

Os avanços e os resultados da ação em rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil não dependem apenas de novos mecanismos de gestão, sistemas de informação e ferramentas de análise. Devem-se, sobretudo, ao comprometimento e a adesão política e organizacional de todas as instituições responsáveis pelas políticas públicas no plano federal, estadual e municipal.

O escopo e os resultados da presente pesquisa focam na relevância de bases de dados qualificados para a elaboração de diagnósticos consistentes sobre as diversas modalidades de tráfico de pessoas e o planejamento e a avaliação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

Os resultados apresentam uma oportunidade para forjar uma estratégia de longo prazo para a sistematização das informações sobre tráfico de pessoas no Brasil e propor possíveis caminhos para alcançar essas metas. A consolidação de um sistema de informações sobre tráfico de pessoas no Brasil é o primeiro passo, embora o mais crítico, para o empoderamento dos profissionais da rede e para futuras inovações nas políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O diagnóstico dos sistemas de informação sobre tráfico de pessoas de abrangência nacional e estadual apontou, dentre outros problemas: 1) falta de normatização e padronização das variáveis dos sistemas; 2) dificuldades de acesso à informação; 3) dificuldade de compatibilizar e compartilhar informações.

O diagnóstico dos sistemas de informação sobre tráfico de pessoas, principalmente no tocante às dificuldades vivenciadas pelos profissionais da rede de atendimento, repressão e responsabilização na implementação das políticas públicas de enfrentamento, apontou uma série de situações que devem ser evitadas ou minimizadas, a fim de um bom funcionamento de sistemas de informação, quais sejam: 1) captura manual de dados por falta de informatização do sistema, o que gera trabalho via múltiplos

instrumentos de coleta; 2) falta de normatização e padronização das variáveis dos sistemas; 3) a implementação de sistemas que carecem de integração e de padronização para representar e compartilhar informações; 4) dificuldades de acesso à informação; 5) a ausência de documentação dos sistemas de informação, como manuais de instrução para coleta de dados, definição do fluxo de informações e manuais de operação dos sistemas; 6) a presença de diferentes versões dos utilizados nos sistemas de informação e a introdução de mudanças operacionais não acompanhadas de explicações necessárias para sua compreensão.

Assim, a experiência de implantação de um sistema de informação nos sugere que ela deve ser acompanhada no mínimo de: (a) documento padrão para captação de dados; (b) manuais de instrução para coletas de dados; (c) manuais de operação do sistema; (d) embasamento legal para funcionamento do sistema (leis e portarias); (e) capacitação de recursos humanos para operação do sistema; (g) definição de fluxos de documentos e informações; (f) definição de indicadores de monitoramento e avaliação.

Neste sentido, deixamos aqui um rol de orientações que podem contribuir para um futuro Sistema de Informação sobre Tráfico de Pessoas. Este é um período possível para a implementação dessas recomendações:

2012

- Definição de recursos orçamentários para construir sistemas de informação adequados;
- Conscientização dos gestores e profissionais dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante quanto à importância da utilização de informações de qualidade para planejar e avaliar o trabalho realizado;
- Capacitação dos gestores e profissionais dos NETPs e dos PAAHMs para o uso da informação no processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas, ou seja, produzir informações para os usos necessários pela rede de enfrentamento;
- Normatização e padronização das variáveis dos sistemas de informação dos NETPs e dos PAAHMs;
- Embasamento legal para funcionamento do sistema de informação (leis e portarias);
- Transformação dos sistemas de informação já existentes dos NETP's e dos PAAHM's em informações que possibilitem avaliar e acompanhar o desenvolvimento das ações;
- Democratização dos dados monopolizados pelos NETP's e PAAHM's possibilitando análises situacionais adequadas, planejamento e execução das ações pela rede de enfrentamento;
- Estabelecimento de modo contínuo e permanente da qualificação de indicadores

para avaliação das políticas de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.

2013 / 2014

- Definição de recursos orçamentários para construir um sistema de informação adequado em âmbito nacional;

- Discussão da concepção dos sistemas de informação sobre tráfico de pessoas de âmbito nacional com as três esferas de governo, cabendo a cada uma destas a responsabilidade pela definição, estruturação e execução dos subsistemas necessários ao desempenho das atribuições de sua responsabilidade, observando a compatibilização em um sistema nacional;

- Conscientização dos gestores e profissionais das organizações governamentais responsáveis pelo atendimento às vítimas: Secretaria de Políticas para as Mulheres/Disque 180, Secretaria de Direitos Humanos/Disque 100, Ministério do Trabalho e Emprego/SIT, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/CREAS, Ministério da Saúde/SINAN; pela repressão: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil; e responsabilização: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho;

- Capacitação dos gestores e profissionais para o uso da informação no processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas de atendimento, repressão e responsabilização, ou seja, produzir informações para os usos necessários pela rede de enfrentamento, repressão e responsabilização.

- Normatização e padronização das variáveis dos sistemas de informação das organizações governamentais responsáveis pelo atendimento, repressão e responsabilização;

- Embasamento legal para funcionamento do sistema de informação (leis e portarias);

- Transformação dos sistemas de informação já existentes: Disque 180; Disque 100; SIT; CREAS, SINAN, base de inquéritos policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil) e base de denúncias (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho) em informações que possibilitem avaliar e acompanhar o desenvolvimento das ações;

- Democratização dos dados monopolizados pelo Disque 180, Disque 100, SIT, CREAS, SINAN, base de inquéritos policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil) e base de denúncias (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho), possibilitando análises situacionais adequadas, planejamento e execução das ações pela rede de enfrentamento;

- Estabelecimento de modo contínuo e permanente da qualificação de indicadores para avaliação das políticas de atendimento as vítimas, repressão e responsabilização ao tráfico de pessoas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. “Espírito de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático”. In: Razões práticas. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Decreto N. 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

BRASIL. Decreto N. 6.347, de 8 de janeiro de 2008. Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.

BRASIL. Ministério da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Secretaria Nacional de Justiça – Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Secretaria Nacional de Justiça. — 2. ed. — Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório: indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e Não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/ Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Coordenação técnica: Colares, Marcos. I Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/ Ministério da Justiça, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos. Coordenação técnica: Piscitelli, Adriana. Secretaria Nacional de Justiça/ MJ; Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), 2005 a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Pesquisa e diagnóstico do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e de trabalho no Estado de Pernambuco. Coordenação: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Pernambuco. Coordenação da Pesquisa: Vasconcelos, Karina N.. Secretaria Nacional de Justiça/ MJ; Secretaria Nacional de Segurança Pública/ MJ; Escritório das Nações Unidas contra drogas e Crime (UNODC); Governo do Estado de Pernambuco: 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Tráfico de Seres Humanos no Estado do Rio Grande do Sul. Coordenação técnica: Silva, Jacqueline Oliveira, Secretaria Nacional de Justiça/ MJ; Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC): 2005 b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados e não admitidos que regressam ao Brasil via aeroporto internacional de São Paulo. Coordenação técnica: Piscitelli, Adriana.

Secretaria Nacional de Justiça/ MJ; Organização Internacional do Trabalho (OIT): 2007.

BUENO, Marisa Fernanda da Silva. Aspectos jurídico-penais e bioéticos acerca da mercancia de órgãos humanos provenientes de indivíduos vivos. Dissertação de mestrado, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

CLÍMACO, Danilo de Assis. Tráfico de mulheres, negócios de homens. Leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e o masculino. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

COSTA, Andrea Silveira da. O tráfico de mulheres: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual no estado do Ceará. Dissertação de mestrado, Universidade de Fortaleza, 2008.

CWIKEL, Julie e Hoban, Elizabeth, Contentious Issues in Research on Trafficked Women Working in the Sex Industry: Study Design, Ethics, and Methodology. *The Journal of Sex Research* 42 (4), pp. 306-316, 2005.

DORNELAS, Luciano Ferreira. Cooperação jurídica internacional nos protocolos internacionais de combate ao tráfico de pessoa. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, 2011.

ESTRELA, Tatiana Silva. O enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil: trajetórias e desafios. Dissertação de mestrado, Universidade Brasília, 2007.

GAO. Human Trafficking: Better Data, Strategy, and Reporting Needed to Enhance U.S. antitrafficking Efforts Abroad. Government Accountability Office of United States, 2006.

GOMES, Paula Michele Martins. O enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no contexto da política de assistência social. Dissertação de mestrado, Universidade Brasília, 2010.

GUERALDI, Michele e Dias, Joelson. Em Busca do Éden: Tráfico de Pessoas e Direitos Humanos, Experiência Brasileira. Editora Max Limonad, 2012.

GUSFIELD, J. The Culture of public problems. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ICMPD. Jornadas Transatlânticas: uma pesquisa exploratória sobre o tráfico de seres humanos do Brasil para a Itália e Portugal. Parte I: Brasil: Sprandel, Márcia e Mansur, Guilherme. Parte II: Itália: Capussotti, Enrica e Orfano, Isabella. Parte III: Portugal: Santos, Marta. International Centre for Migration Policy Development – ICMPD e Ministério da Justiça/ Brasil, Brasília, 2011.

LEAL, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial – PESTRAF. Brasília, 2002.

MARWELL, Tatiana Eulálio Dantas Guedes. O tratamento jurídico penal ao tráfico internacional de pessoas para fins sexuais no Brasil à luz da Convenção de Palermo. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, 2009.

MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras. Prostituição e imigração. Cadernos Pagu (37), julho-dezembro de 2011: 323-355.

NISS, Andréa Patrícia Toledo T. A adoção e o tráfico de crianças e adolescentes à luz do direito nacional e dos tratados internacionais. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de São Paulo, 2009.

OIT. I Diagnóstico sobre Tráfico de Seres Humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Góias e Ceará. Coordenação técnica: Colares, Marcos. Secretaria Nacional de Justiça/ MJ; Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2004.

OIT. Relatório sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Brasília: OIT, 2006.

PESTRAF/ BRASIL. Coordenação Internacional Instituto Internacional de Leis e Direitos Humanos / De Paul College e OEA Coordenação Nacional da Pesquisa – Brasil CECRIA. Coordenação Geral: Maria de Fátima Leal; Coordenação Técnica: Maria Lúcia Leal, Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

REDLAC – GAATW. Pesquisa Tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname. Coordenação geral: Sodireitos / Hazeu Marcel. Sociedade de defesa dos direitos sexuais da Amazônia, Rede Latino-americana e caribenha da Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (REDLAC - GAATW): 2008.

SALES, Lília Maia de Moraes; Alencar, Emanuela Cardoso Onofre de. Tráfico de Seres Humanos, Migração, Contrabando de Migrantes, Turismo Sexual e Prostituição -Algumas Diferenciações. NEJ - Vol. 13 - n. 1 - p. 29-42 / jan-jun, 2008.

SANTOS, Eloisa Gabriel dos. Mulheres Jovens de Uruaçu (GO) Vulneráveis ao Tráfico de Pessoas para a Exploração Sexual Comercial: Subsídio para o Atendimento do Serviço Social. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de São Paulo, 2008.

TERESI, Verônica Maria. A Cooperação Internacional para o enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: O caso Brasil-Espanha. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Santos, 2007.

UNICEF. Trafficking in human beings, especially women and children. 2003.

UNODOC. Trafficking in persons: global patterns. 2006.

VALLIM, Danielle de Carvalho. Um estudo sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: o encontro entre Estado e ONGs na construção de uma política pública. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2010.

SIGLAS

ASBRAD – Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude
BICE – Bureau International Catholique de l’Enfance
CAMI – Centro de Apoio ao Migrante
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CDHIC - Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrante
CHAME - Centro Humanitário de Apoio à mulher
CONEDH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social
DPE - Defensoria Pública do Estado
DPU – Defensoria Pública da União
ECPAT– End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for sexual purposes
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GAATW – Global Alliance Against Traffic in Women
GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra
IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável-Centro Oeste
ICE - Agência Americana de Imigração
ICMPD – International Centre for Migration Policy Development
IEDC - Instituto de Estados Direito e Cidadania
ILADH – Instituto Latino-americano de Direitos Humanos
INFRAERO -Empresa Brasileira Infraestrutura Aeroportuária
JOCUM – Jovens com uma Missão
MCTP – Movimento Contra o Tráfico de Pessoas
MP - Ministério Público (estadual)
MPF - Ministério Público Federal
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG BAE - Organização Não Governamental Brasileira de Apoio ao Emigrante
ONU Mulheres – Organização das Nações Unidas para as Mulheres
PAAHM - Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante
PC - Polícia Civil
PF - Polícia Federal
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
REDESAP - Rede Nacional De Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos
SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SPM/PR – Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República
TRAMA – Consórcio Trama do Rio de Janeiro
UNICAMP-PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

